



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEFESA SOCIAL E MEDIAÇÃO DE
CONFLITOS

Roberto Silva da Silveira Junior

**Homicídio em Marabá: a Desinformação da Informação na
Construção do Perfil da Víctima, do Agressor e do Delito**

Orientador: Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*

Coorientadora: Profa. Silvia dos Santos de Almeida, *Dra.*

**Belém
2013**

Roberto Silva da Silveira Junior

**Homicídio em Marabá: a Desinformação da Informação na
Construção do Perfil da Vítima, do Agressor e do Delito**

Dissertação apresentada ao colegiado do Programa de Pós-graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos.

Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidades, Tecnologia da Informação.

Orientador: Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*

Coorientadora: Profa. Silvia dos Santos de Almeida, *Dra.*

**Belém
2013**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Silveira Junior, Roberto Silva da

Homicídio em Marabá: a desinformação da informação na construção do perfil da vítima, do agressor e do delito / Roberto Silva da Silveira Junior. - 2013.

Orientador (a): Edson Marcos Leal Soares Ramos

Coorientador (a): Sílvia dos Santos de Almeida

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos, Belém, 2013.

1. Violência - Marabá (PA). 2. Jovens e violência - Marabá (PA). 3. Homicídio - Marabá (PA). 4. Vítimas - Marabá (PA). 5. Segurança pública - Marabá (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 363.32098115

Roberto Silva da Silveira Junior

**Homicídio em Marabá: a Desinformação da Informação na
Construção do Perfil da Vítima, do Agressor e do Delito**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos, no Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos da Universidade Federal do Pará.

Belém, 29 de Outubro de 2013.

Prof. Wilson José Barp, *Dr.*
(Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos)

Banca Examinadora

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*
Universidade Federal do Pará
Orientador

Profª. Silvia dos Santos de Almeida, *Dra.*
Universidade Federal do Pará
Coorientadora

Prof. Luis Fernando Cardoso e Cardoso, *Dr.*
Universidade Federal do Pará
Membro

Prof. Marcelo Quintino Galvão Baptista, *Dr.*
Universidade Federal do Pará
Membro Externo

À minha mãe querida Sunamita
Menezes da Silveira, à minha querida
sogra Maria de Figueiredo Piedade (*in
memoriam*). Vocês são inesquecíveis!

Agradecimentos

- ❖ Este momento de agradecer, pode parecer, para alguns, apenas um protocolo, uma regra ou qualquer outra definição que podemos dar, e para outros até irrelevante, que poderia até deixar de fazer parte do trabalho, mas eu reputo de uma das partes de trabalho mais importante, porque aqui neste momento eu relembro e reconheço de fato toda a minha história até chegar no final deste trabalho. Então peço a Deus para não ser injusto com ninguém e nem deixar de reconhecer as pessoas que me acompanharam nesta jornada, que foi tão difícil, principalmente nesta reta final e dizer: **MUITO OBRIGADO, MESMO VOCE FOI MUITO IMPORTANTE, PARA QUE EU CHEGASSE ATE AQUI!**

- ❖ Gostaria de agradecer a toda minha família que esteve unida em todos os momentos difíceis e principalmente nestes últimos meses. Em especial agradeço: aos meus filhos Roberto Neto e Isaac Augusto, e minha nora Liane, que me deram todo o suporte, carinho, compreensão na minha ausência, a torcida e o amor necessários em minha vida; ao meu pai, Roberto Silveira, que contribuiu na minha educação e na minha formação e o sou hoje devo a ele; ao Astrogildo Nunes Piedade, meu outro pai, que está sempre pronto a ajudar-me para qualquer coisa; as minhas irmãs Silvana, Eliana e Adriana e ao Mauricio, meu irmão, aos meus sobrinhos Aline, Daniel, e aqui quero render um agradecimento especial aos meus sobrinhos Tiago e Mariana, pela grande ajuda que vocês me prestaram carinho e amor, obrigado; ao meu primo Jorge (filho do meu tio Zeca) e a minha esposa querida e amada, que me acompanha nesta jornada à 26 anos, agradecer é pouco, mas serei eternamente grato a Deus por sua existência em minha vida.

- ❖ Um agradecimento a todos os meus amigos que me acompanham, divertem e ajudam durante todo o curso de mestrado, mas, desculpe os demais, em especial, eu preciso, devo e por justiça, aos que contribuíram de fato para essa dissertação, ter chegado até o final: Garcia, Henrique e Irlando, vocês foram meus grandes amigos e incentivadores nos momentos mais difíceis; a todos do LASIG, e em especial a Vanessa, Diana, Cristiane e Andrew, muito obrigado pelo auxílio e ajuda; ao Cel. Roberto, Maj. Ronald, Maj. Biloia, Cap. Charlet, Sgt. Walfredo, Sgt. Neiva.

- ❖ Um agradecimento Especial aos: Prof. Otavio do Canto - UFPA/NUMA, Andreia Coelho - IDESP, Reni - SEMA, Carmem - SIAC, Brito - SIAC, Tom Farias - Ex Secretário Adjunto do SIAC.

- ❖ Um agradecimento ao Cel. QOPM Mario Alfredo Solano, Ex. Comandante Geral da PMPA e hoje, Secretário Adjunto de Operações da Secretaria de Segurança Pública, meu grande incentivador e amigo, para fazer este curso.

- ❖ A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos que acreditaram em um projeto acadêmico inovador e lutaram para torná-lo realidade.
- ❖ Aos servidores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, em especial Analice e Graça, pela atenção, generosidade e cuidado.
- ❖ Às Professoras Silvia e Adrilayne, pela atenção e disponibilidade.
- ❖ Um agradecimento, todo especial ao meu orientador **Prof Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos** quem me ajudou, acreditou e oportunizou na conclusão desta dissertação, entendendo as minhas dificuldades e equacionando os problemas que enfrentei recentemente, **MUITO OBRIGADO PROFESSOR!**
- ❖ À todos que me forneceram informações, ajuda e abrigo, e lutam diariamente para melhorar o mundo amazônico. Essa dissertação é de vocês, para vocês e sobre vocês.
- ❖ A Universidade Federal do Pará, por ter me proporcionado este aprimoramento.
- ❖ E ao meu Deus, Criador dos Céus e da Terra e tudo que nela há, sou grato a Ti eternamente! Sem o Senhor, nada do que foi realizado, poderia ser feito.

MUITO OBRIGADO A TODOS!

“Posso todas as coisas naquele que me fortalece”
(Filipenses 4:14)

Resumo

SILVEIRA JUNIOR, Roberto Silva da. Homicídio em Marabá: a Desinformação da Informação na Construção do Perfil da Vítima, do Agressor e do Delito. 2013. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) PPGDSMC, UFPA, Belém, Pará, 2013.

Visando investigar a real dimensão dos homicídios no município de Marabá, localizado a sudeste do estado do Pará, este trabalho teve como propósito construir e analisar o perfil do delito e da vítima de homicídio e mostrar como a desinformação da informação dos registros de homicídio em Marabá implica a construção desses perfis e não construção do perfil do agressor. Para tanto, utilizou-se os dados dos registros das ocorrências de homicídio notificados no município, no período de janeiro de 2010 a setembro de 2013. A técnica estatística descritiva foi utilizada para descrever o perfil da vítima e do delito e posteriormente, foi calculada a taxa de homicídio no município para se ter uma real dimensão do problema. Destaca-se que houve dificuldades na construção do perfil da vítima e a impossibilidade de construção do perfil do agressor, devido à precariedade do preenchimento do boletim de ocorrência policial. Existe uma predominância de ocorrência de homicídios com pessoas do sexo masculino e jovens, com idade de 18 a 24 anos. O município de Marabá apresenta taxas de homicídios alarmantes, sendo aproximadamente 5 vezes maiores que as taxas de homicídios da capital do estado, Belém.

Palavras-Chave: Homicídio, Boletim de Ocorrência Policial, Perfil da Vítima e Agressor, Jovens, Marabá.

Abstract

SILVEIRA JUNIOR, Roberto Silva da. Homicide in Marabá: The Disinformation of Information on Construction Profile of the Victim, the Offender and of the Crime. Master's Dissertation (Master in Social Defense and Conflict Mediant) PPGDSMC, UFPA, Belém, Pará, 2013.

In order to investigate the real dimension of homicides in the city of Marabá located southeast of Pará , this work aims to build and analyze the profile of crime and murder victim and show how misinformation information records of murder in Marabá implies in the construction of these profiles and not building the profile of the perpetrator. For this purpose, the data records of the occurrences of homicide reported in the city, from january 2010 to september 2013. The statistics technique of analyze descriptive were used to describe the profile of the victim and the crime was subsequently calculated the rate of homicide in the city to have a real dimension of the problem. It is noteworthy that there were difficulties in building the profile of the victim and the impossibility of building the profile of the offender, due to insecurity completing the police report. There is a predominance of occurrence of homicides with males and young people, aged 18-24 years. The municipality of Marabá presents alarming homicide rates being approximately 5 times higher than the homicide rates of the state capital, Belém.

Key-words: Murder, Young, Marabá.

Lista de Figuras

3.1	<i>Município de Marabá.</i>	15
4.1	<i>Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Sexo da Vítima.</i>	21
4.2	<i>Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Faixa Etária da Vítima.</i>	23
4.3	<i>Perfil da Vítima de Homicídio Registrado no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013.</i>	23
4.4	<i>Quantidade de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Mês e Ano.</i>	26
4.5	<i>Área Comercial, Município de Marabá, em Outubro de 2013.</i>	28
4.6	<i>Área da Invasão “Coca-Cola”, Município de Marabá, em Outubro de 2013.</i>	29
4.7	<i>Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Dia da Semana.</i>	30
4.8	<i>Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Faixa Horária e Turno.</i>	31
4.9	<i>Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Meio Empregado.</i>	33
4.10	<i>Perfil do Homicídio Registrado no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Causa/Motivo do Fato Ocorrido.</i>	37

Lista de Tabelas

4.1	<i>Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Causa/Motivo do Fato Ocorrido.</i>	25
4.2	<i>Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Bairro.</i>	27
4.3	<i>Quantidade e Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Local de Ocorrência. . .</i>	34
4.4	<i>Percentual de Homicídios Ocorridos no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Dia da Semana, Bairro e Turno.</i>	35
4.5	<i>Percentual de Homicídios Ocorridos no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Dia da Semana e Meio Empregado. . .</i>	36
4.6	<i>Percentual de Homicídios Ocorridos no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Bairro e Ano.</i>	36
4.7	<i>Percentual de Variáveis Sem Informação Segundo o Boletim de Ocorrência Policial.</i>	39

Sumário

RESUMO.....	IX
ABSTRACT	X
LISTA DE FIGURAS.....	XI
LISTA DE TABELAS	XII
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 ASPECTOS GERAIS	1
1.2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO	3
1.3 HIPÓTESE BÁSICA DO TRABALHO	5
1.4 OBJETIVOS	5
1.4.1 OBJETIVO GERAL.....	5
1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	5
1.5 LIMITAÇÃO DO TRABALHO	6
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	6
2 CRIME DE HOMICÍDIO E A CIDADE DE MARABÁ	7
2.1 HOMICÍDIO	11
2.2 SEGURANÇA PÚBLICA.....	7
2.2.1 ESTRUTURA DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ	9
3 MÉTODOS E METODOLOGIA	15
3.1 ÁREA DE ESTUDO	15
3.2 OBTENÇÃO E DESCRIÇÃO DOS DADOS	16
3.3 ANÁLISE ESTATÍSTICA.....	17
3.4 A IMPORTÂNCIA DA ESTATÍSTICA NA SEGURANÇA PÚBLICA	19
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
4.1 PERFIL DA VITIMA.....	21
4.2 PERFIL DO DELITO.....	24
4.3 FALTA DE INFORMAÇÃO ALIADA AO COMPROMETIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	37
5 CONCLUSÕES.....	40
5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
5.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	42
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	43

Capítulo 1

Introdução

Neste capítulo são apresentados os aspectos gerais da dissertação, justificativa e importância do trabalho, hipótese básica, objetivos, limitação e estrutura da dissertação.

1.1 Aspectos Gerais

A sociedade moderna foi marcada por inúmeras transformações que impactaram no modo de vida e de relação entre os indivíduos. A revolução industrial, e a reorganização do trabalho que ela fomentou, trouxeram consigo uma série de problemas sociais que foram alvo de estudo de vários pensadores, como por exemplo, Michel Foucault (2012), que argumenta que a sociedade moderna como um todo, se caracteriza pela economia capitalista, cientificismo e a disciplina. Todos estes três pontos estão relacionados e sustentam o poder sobre o homem moderno. Da mesma forma que exercem poder sobre o homem, produzem subjetividades, ou seja, a produção da subjetividade do homem moderno está ligada diretamente com a forma de poder imposta pela sociedade a que este mesmo homem está inserido (FOUCAULT, 2002, p. 143).

A palavra violência tem sua origem no latim, *violentia*, que reporta a *vis*, que significa força física, vigor. Para Zaluar (1999), esta força torna-se violência quando ultrapassa determinados limites, ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações. A violência humana, onipresente no cotidiano contemporâneo, ignora os esforços para mantê-la distante e invade as vidas das mais diversas maneiras. O conceito de violência utilizado por Rocha (1996) e assim apresenta é

A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma *vis*, vale dizer, como uma força que transgredi os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no

campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto.

Nos últimos anos, os brasileiros, principalmente os que residem em áreas metropolitanas, observam que as estatísticas referentes a criminalidade urbana deixaram de apresentar padrões toleráveis de violência. Nas grandes cidades, o maior determinante da criminalidade e da violência é a desigualdade que obriga os cidadãos a conviver com enormes desníveis sociais que se chocam a cada dia.

A população, perplexa com a violência do dia-a-dia, exige mais policiais, mais viaturas, mais equipamentos, armas, postos avançados de policiamento e construção de presídios, como se atendidas estas demandas o problema da criminalidade e violência fossem resolvidos.

O Estado por sua vez tenta atender os anseios da população, destinando cada vez mais recursos do seu orçamento para a área de segurança, principalmente para a aquisição de viaturas. Para alguns, a chegada de novas viaturas é interpretada como sinônimo de redução das estatísticas de violência. Contudo, não há estudos que comprovem uma associação direta entre aumento de viaturas e diminuição da violência, pois em algumas situações os veículos apenas camuflam o problema. Estudos demonstram que o crime migra, sendo este um dos principais desafios para a segurança pública.

Vale ressaltar que um dos erros mais comuns no processo de análise de resultados de estratégias policiais ou de políticas públicas de prevenção é ignorar a possibilidade de deslocamento do crime, pois a redução da oportunidade do crime em certa área, com o aumento de viaturas, por exemplo, pode simplesmente significar o deslocamento do crime para outras áreas. Para a resolução dessa equação é necessário considerar outras questões que permeiam as relações sociais mantidas em uma área, em um bairro ou rua, e que devem ser levadas em consideração. A percepção da intensidade da violência pela população deve ser analisada sob diferentes aspectos, considerando-se que se trata de um fenômeno social complexo, permeado por diferentes causas e efeitos.

A gestão de prevenção da violência urbana permeia políticas públicas de segurança que utilizem metodologias estatístico-informacionais e indicadores claros e capazes de avaliar resultados e desempenhos, além de permitir agilidade na tomada de decisão para correções e intervenções não só preventivas como também proativas.

A produção de indicadores estatísticos é necessário para apoio, monitoramento e avaliação pelos gestores de projetos e atividades de prevenção, controle e redução da criminalidade, construindo conhecimento que permita intervenções proativas e compreensão da dinâmica da violência nas diversas cidades do país, como é o caso de Marabá (PA).

O acompanhamento das mais variadas demandas em segurança pública sensibiliza e orienta os órgãos para registros mais qualificados, a partir dos quais são produzidos diagnósticos locais que mostram a real situação, objetivando aprimorar a interlocução dos órgãos e instituições envolvidos nos estudos acerca das diversas manifestações da violência. O diagnóstico das manifestações de violência, que mostra os tipos de delitos, perfis de criminosos, bem como, das vítimas, locais, dias e horários, proporcionam o mapeamento da violência, possibilitando ações precisas de antecipação do crime.

Neste contexto, é que este trabalho visa construir e analisar o perfil dos homicídios, das vítimas e de seus agressores, registrados no Município de Marabá, no período de janeiro 2010 a setembro de 2013, além de mostrar como a desinformação da informação dos registros deste delito implica a não construção do perfil do agressor e as possíveis consequências na gestão da prevenção da violência urbana do município.

1.2 Justificativa e Importância do Trabalho

A gestão do conhecimento, por meio da produção, sistematização, avaliação, monitoramento e disponibilização de informações, com foco principal na prevenção da violência e da criminalidade, permite um intercâmbio de dados, informações, experiências e práticas que transcendem os sistemas tradicionais de informações policiais, agregando outras metodologias, como por exemplo, as estatísticas que

valorizam a intervenção em fatores de risco responsáveis pela alta chance de vitimização.

Nortear as ações de segurança pública na inteligência e planejamento a partir da gestão da informação é trabalhar com redução dos custos, inclusive sociais, e realizar ações planejadas menos dispendiosas de recursos humanos e financeiros, potencializando a eficiência das políticas públicas de segurança.

A criminalidade parece se multiplicar na medida em que há o crescimento, principalmente, nos centros urbanos, de forma que as causas e consequências da violência e criminalidade não podem ser determinadas pelo simples exame superficial dos dados, sob o risco de se buscar soluções empíricas e paliativas para os problemas. Busca-se verificar a forma como os métodos estatísticos aplicados a banco de dados disponibilizados pelos órgãos de segurança permite a formulação de diagnóstico que fundamente o desenvolvimento de políticas de planejamento operacional preventivo à criminalidade. A formulação de perfis e de diagnósticos possibilita uma atuação menos empírica e mais efetiva, e a sintonia entre as informações dos órgãos coletores de dados e do responsável pelo planejamento justifica a importância da pesquisa.

Assim, perdura a necessidade de dados precisos sobre o perfil criminal do homicídio e uma posterior análise técnica que consiga conciliar a observação estatística e a visão social dos fatos, pois somente assim chega-se a uma elaboração, tanto estatística como analiticamente, da realidade criminal em Marabá. Daí a importância de se considerar a análise estatística como meio otimizador desses recursos de forma a empregar o policiamento baseado em informações fidedignas capazes de minimizar os efeitos da escassez de recursos, alcançando melhores resultados a partir do momento que se traz informações imprescindíveis para a tomada de decisão, tanto a nível estratégico como administrativo, tático e operacional.

Assim, esta dissertação justifica-se por apresentar e analisar o perfil dos homicídios, das vítimas e de seus agressores, ocorridos e registrados no Município de Marabá, no período de janeiro 2010 a setembro de 2013, além de mostrar como a desinformação da informação dos registros deste delito implica na não construção do perfil do agressor e as possíveis consequências na gestão da prevenção da violência

urbana do município, possibilitando o desenvolvimento de políticas de planejamento operacional preventivo mais eficiente, no combate a criminalidade.

1.3 Hipótese Básica do Trabalho

Parte-se da hipótese de que grande parte dos homicídios em Marabá se concentram nos bairros de áreas urbanas de acesso restrito aos direitos econômicos e sociais.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Este trabalho teve como objetivo geral apresentar o perfil do delito e da vítima de homicídio e mostrar como a desinformação da informação dos registros de homicídio em Marabá implica a construção desses perfis e a não construção do perfil do agressor.

1.4.2 Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos foram:

- i)* Apresentar e comparar o perfil das vítimas de homicídios ocorridos em Marabá, com outras cidades e regiões do país;
- ii)* Mostrar e comparar o perfil dos homicídios ocorridos em Marabá com outras cidades e regiões do país;
- iii)* Apresentar as taxas de homicídio em Marabá a cada 100 mil habitantes;
- iv)* Evidenciar quais campos não preenchidos no boletim de ocorrência policial implicam a não construção do perfil do agressor e dificultam a construção dos perfis da vítima e do delito;
- v)* Mostrar como os métodos estatísticos estão presentes em estudos voltados à segurança pública.

1.5 Limitação do Trabalho

O banco de dados utilizado para análise neste trabalho foi disponibilizado pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal - SIAC/SEGUP-PA, órgão do estado do Pará responsável pela análise e tratamento das informações criminais. Estes dados são provenientes do lançamento de informações declaradas, durante o preenchimento dos Boletins de Ocorrência Policial nas seccionais urbanas e delegacias. Entretanto, apesar de conter uma quantidade considerada de variáveis a respeito das categorias de análise, algumas como motivação e logradouro do fato, apresentam consistência duvidosa em face da qualidade do preenchimento, fato que inviabilizou maior abrangência da análise criminal realizada.

1.6 Estrutura do Trabalho

Para tratar do tema apresentado, o trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, a saber:

Capítulo 1: Refere-se aos aspectos gerais da dissertação, justificativa e importância do trabalho, hipótese básica, objetivos, limitação e estrutura da dissertação;

Capítulo 2: Aborda a definição e os aspectos legais do crime de homicídio, além de considerações a respeito da segurança pública como dever do Estado e direito do cidadão. A estrutura do Sistema de Segurança Pública no Estado do Pará é evidenciada e a cidade de Marabá é apresentada em relação aos homicídios;

Capítulo 3: Apresenta as principais informações em relação à área de estudo, detalha a obtenção e a descrição dos dados, assim como mostra o método de análise estatística aplicado aos dados em estudo;

Capítulo 4: Expõe as principais características dos homicídios registrados no município de Marabá, desde o perfil da vítima, características das ocorrências de homicídios e as implicações da não construção do perfil do acusado.

Capítulo 5: São apresentadas as considerações finais e as recomendações para trabalhos futuros.

Capítulo 2

Segurança Pública e o Crime de Homicídio

Neste capítulo são apresentados a definição e os aspectos legais do crime de homicídio, além de considerações a respeito da segurança pública como dever do Estado e direito do cidadão, bem como a estrutura do Sistema de Segurança Pública no Estado do Pará.

2.1 Segurança Pública

Falar sobre segurança pública faz parte do cotidiano e das discussões do povo brasileiro. É assunto em que antes não se tocava, mas hoje é corrente nas escolas, no trabalho, nos lares, nos meios de comunicação e até nas promessas de campanhas políticas. Juntamente com a saúde, a educação e a geração de empregos constitui a base dos programas de governo de cada político imbuído em bem administrar a coisa pública.

A razão dessa unanimidade não se deve somente ao fato de que o assunto é exaustivamente explorado pela mídia e de que a sensação de insegurança parece estar sedimentada no inconsciente coletivo da espécie humana. Também se deve ao fato de que a segurança é um dos componentes essenciais à garantia da qualidade de vida de todo ser humano. Pode-se afirmar que são três componentes essenciais que interagem entre si e não subsistem isoladamente: qualidade de vida, meio ambiente e segurança pública.

Não há que se falar em qualidade de vida num contexto em que falte segurança ou que haja desequilíbrios ambientais. Não há que se falar em equilíbrio ambiental onde falte segurança ou qualidade de vida. Não há que se falar em segurança pública num contexto de desequilíbrio ambiental ou de ausência de qualidade de vida. A interação desses componentes garante o bem-estar social.

A Constituição de 1988 trata da segurança pública, não apenas como fundamento de atuação das forças policiais, mas também como sendo um dos direitos e garantias fundamentais ao ser humano, assim como o direito à vida e à liberdade (BRASIL, 2005). Para Neto (1988, p.152),

Segurança é o qualidade ou estado do que é seguro. Por sua vez, seguro é o que está livre de perigo, que está protegido ou acautelado do perigo. Nesta acepção de situação acautelada do perigo, a segurança corresponde ao estado de ordem, à “ausência de perigo”.

Oliveira et al. (2009, p. 142) discutem com propriedade a amplitude do tema ao afirmarem que

Segurança é o estado de estar e de sentir-se salvo e a salvo. A segurança existe na condição de estar protegido contra situações que geram violência, maldade, acidentes, danos, quebras, violações, feridas, perdas e eventos que as pessoas querem evitar, nas dimensões múltiplas do bem-estar físico, espiritual, mental, psicológico, familiar, social, comunitário, político, econômico, nacional, internacional e outros.

A segurança pública corresponde a um estado que possibilita (viabiliza) o livre exercício dos direitos, liberdade e garantias consagrados na Carta Magna e na lei. A segurança é, simultaneamente, um bem individual e coletivo, tal como a sociedade pertence a todos e a cada um.

A associação mais comum ao termo segurança pública está relacionada à imagem de ausência de crime e violência e ao conjunto de ações praticadas pelos órgãos públicos e sociedade em geral para, constantemente, buscar essa situação almejada de ausência de delitos.

Nesta linha de raciocínio, Graciano; Matsuda; Oliveira (2009, p. 20) ressaltam que

A ideia que comumente se associa à segurança pública é a ausência de violência e crime. Temos a impressão de que um mundo seguro é aquele onde se deixam as portas de casa destrancadas, as crianças brincam na rua sem correr riscos, homens e, principalmente, mulheres podem circular livremente, sem a necessidade de evitar determinados lugares, o outro é mais um cidadão com quem se compartilha o espaço público – e não uma pessoa que inspire desconfiança ou temor.

O conceito adotado pelo Ministério da Justiça acrescenta ao tema as ideias de proteção e do exercício pleno da cidadania:

A segurança pública é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei (BRASIL, 2013).

A segurança pública está inserida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Título V, que trata da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, sendo abordada no Capítulo III, Artigo 144, nestes termos:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Essa previsão legal apresenta aspectos que merecem destaque, como por exemplo, o fato de que a segurança pública se trata de um direito e responsabilidade de todos e não apenas de um dever do Estado. Expressa também que é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Oliveira et al. (2009, p. 57) apresenta uma conceituação clara para a menção constitucional referente à preservação da ordem pública, ao afirmar que “uma ordem pública democrática é aquela estruturada pela Constituição e pelas Leis. Preservar a ordem pública significa, sobretudo, preservar o direito, a ordem juridicamente estruturada e garantir a legalidade”.

2.1.1 Estrutura do Sistema de Segurança Pública no Estado do Pará

O Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará – SIEDS, a partir da Lei Estadual Nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011, tem por missão institucional assegurar a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e

do patrimônio, por intermédio dos órgãos que o compõem, garantindo a integridade e a segurança do cidadão.

São funções básicas do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS, por meio dos órgãos que o compõem:

I - atuar como polícia judiciária e apurar as infrações penais de sua competência;

II - realizar policiamento ostensivo fardado, preservar a ordem pública, a segurança interna do Estado e assessorar os órgãos da administração direta e indireta em assuntos relativos à segurança patrimonial;

III - colaborar na fiscalização das florestas, rios, estuários e em tudo que for relacionado com a preservação do meio ambiente;

IV - proteger o patrimônio histórico, artístico, turístico e cultural;

V - realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios, de proteção, busca e salvamento; socorro de emergência, proteção balneária por guarda-vidas, prevenção de acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial, proteção e prevenção contra incêndios florestais, atividades de defesa civil, inclusive planejamento e coordenação; atividades técnico-científicas inerentes ao seu campo de atuação e promoção da formação de grupos voluntários de combate a incêndios;

VI - realizar serviços de trânsito, inclusive os referentes à engenharia, ao registro de veículos, habilitação de condutores, fiscalização e policiamento, segurança e prevenção de acidentes, supervisão e controle de aprendizagem para conduzir veículos automotores e promoção de campanhas educativas;

VII - proceder à administração da execução penal, objetivando a reinserção social do encarcerado e do egresso;

VIII - realizar a perícia técnico-científica.

O sistema está organizado para desempenhar sua missão institucional e tem a seguinte composição

I - Órgãos de Deliberação Colegiada:

a) Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP;

b) Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN;

II - Órgãos de Natureza Consultiva:

a) Comitê Integrado de Gestores da Segurança Pública - CIGESP;

b) Comitê Integrado de Corregedores de Segurança Pública - CICSP;

c) Gabinete Interinstitucional de Gerenciamento e Negociação - GIGN;

d) Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública - GGI/PA;

III - Órgãos de Natureza Especial:

a) Ouvidoria do Sistema;

b) Diretoria do Disque-Denúncia.

IV - Órgão Central do Sistema: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP;

V - Órgãos sob Supervisão Técnica e Operacional:

a) Polícia Militar do Pará;

- b) Corpo de Bombeiros Militar do Pará;
- c) Polícia Civil do Estado do Pará;
- d) Departamento de Trânsito do Estado do Pará;
- e) Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;
- f) Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”.

2.2 Homicídio

Pinzón (1971) conceitua homicídio como sendo a morte de um homem por outro homem. O vocábulo vem da expressão latina *homicidium*, composta de dois elementos: *homo* (homem) e *caedere*, do qual se deriva o sufixo *cidium* (matar). Vem conceituado, sintética e hermeticamente, na lei penal como “matar alguém”.

O homicídio é crime comum e não especial e, assim, o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, excluídos aqueles que tentam contra a própria a vida, já que o suicídio, por si mesmo, é fato atípico. O homicídio, como já prelecionava Hungria (1955), é o crime por excelência, tipo central dos crimes contra a vida e a mais chocante violação do senso moral médio da humanidade civilizada. Isso porque a pessoa humana, seja do ponto de vista material ou moral, constitui o mais relevante objeto da tutela penal, pois além do interesse individual na sua proteção, convive com as exigências do interesse público.

No Código Penal Brasileiro (CPB), o homicídio está inserido no capítulo relativo aos crimes contra a vida. No Artigo 121, homicídio simples é a ação de “matar alguém” com pena de 06 (seis) a 20 (vinte) anos de prisão. No § 2º do mesmo artigo, o homicídio qualificado é definido da seguinte forma:

Se o homicídio é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, ou por motivo torpe; por motivo fútil; com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime, é considerado hediondo e com pena, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos de prisão. Decreto de Lei No 2:848, Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940).

Conceituado sistematicamente na lei penal como “matar alguém”, o tema do homicídio, que é o preponderante da ciência jurídico-penal, sempre foi entendido com o significado de destruição da vida humana. Desde as mais antigas civilizações, vem sendo incriminado com as sanções mais desabridas, não raramente a pena corresponde à própria morte do agente ativo do crime rei.

A sua incriminação vai variando de acordo com o modo de execução, o elemento subjetivo, os motivos e as circunstâncias do fato. E assim, foram construídos tipos diferenciados de homicídio, tal qual o infanticídio - Art. 123 do CPB (BRASIL, 1940) - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após, em que a Pena é a detenção, de dois a seis anos.

Por outro lado, no sobredito diploma percebem-se situações nas quais há cessação da vida, característica elementar do delito de homicídio, embora ausente o dolo direto, mas presente um mínimo de culpabilidade do autor do evento. Evidencie-se que, está evidentemente implícita a reprovação ética da conduta. No entanto, havendo dolo direto, naturalmente o delito passará a ser o de homicídio em concurso material. São bons exemplos: a lesão corporal seguida de morte (Art. 129, § 3º), o abandono de incapaz (Art. 133, § 2º), a exposição ou abandono de recém-nascido (Art. 134, § 2º) e a omissão de socorro (Art. 135, parágrafo único). Referências à morte da pessoa humana também são feitas na legislação especial, entre elas: os crimes hediondos (Art. 1º, da Lei N. 8.072/1990) e tortura (Art. 1º, § 3º, da Lei N. 9.455/1997).

O delito rei inaugura a Parte Especial do sobredito diploma, mais precisamente o Capítulo I, que trata dos crimes contra a vida. O *caput* do artigo trata do homicídio simples que pode ser percebido, senão, como a maneira bucólica de prática do verbo do tipo, despida de qualquer circunstância que abrande ou agrave o ato. O resultado morte, como não poderia deixar de ser, também está presente nos outros tipos legais que compõem o elenco dos crimes contra a vida no Código Penal, considerados especificidades da conduta homicida, como o infanticídio.

O direito à vida é um direito natural, inerente à condição de ser humano, sendo assim, não é permitido à legislação afastar-se dos postulados que garantem o pleno

exercício de viver. Moraes (2003) diz que o direito à vida é um direito fundamental do ser humano, é um direito supremo e inviolável, é o maior dos direitos, pois dele decorrem todos os outros direitos.

A Carta Magna de 1988 consagra o direito à vida, como sendo um direito inviolável, nos seguintes termos: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida...” (Constituição Federal de 1988, Art. 5º, Caput). Assim como a Constituição declara a inviolabilidade do direito à vida, também acordos internacionais sobre Direitos Humanos afirmam ser a vida inviolável.

Os direitos previstos no Artigo 5º da Constituição Federal são “cláusulas pétreas”, isto é, são direitos que não podem ser suprimidos da Constituição. Conforme explica Bulos (1999), as cláusulas pétreas são cláusulas que possuem uma supereficácia, ou seja, uma eficácia absoluta, pois contêm uma força paralisante total de toda legislação que vier a contrariá-la, quer implícita, quer explicitamente. Daí serem insusceptíveis de reforma.

Moraes (2003) afirma que,

A Constituição Federal assegura, portanto, **o direito à vida**, cabendo ao Estado assegurar-lo em sua dupla acepção, sendo a primeira relacionada ao direito de continuar vivo e a segunda de se ter a vida digna quanto à subsistência (Grifo nosso).

Lenza (2007) explica que o direito à vida, conforme previsto no Artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal, abrange tanto o direito de não ser morto, como também o direito de ter uma vida digna. O direito à vida vai além da simples existência física. Neste aspecto, diz Magalhães (2000),

“[...] O direito à vida que se busca através dos Direitos Humanos é a vida com dignidade, e não apenas sobrevivência [...], sendo, portanto, a própria razão de ser dos Direitos Humanos”.

O Brasil é um dos signatários da Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica, que em seu Artigo 4º determina que “toda pessoa

tem o direito de que se respeite sua vida e esse direito deve ser protegido por lei e, em geral, desde o momento da concepção, porque ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente”.

O Art. 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos preceitua: “Todo o homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Na verdade, a inviolabilidade não é uma premissa apenas do direito à vida, mas de todos os direitos.

Mas a carta magna frisa a inviolabilidade do direito à vida porque esse é um direito fundamental. A inviolabilidade do direito à vida dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no país. Assim, pode-se concluir que a Constituição Federal, ao assegurar a inviolabilidade do direito à vida, não quis proteger somente seu aspecto material, a integridade física, mas também os aspectos espirituais que envolvem a vida de uma pessoa.

Capítulo 3

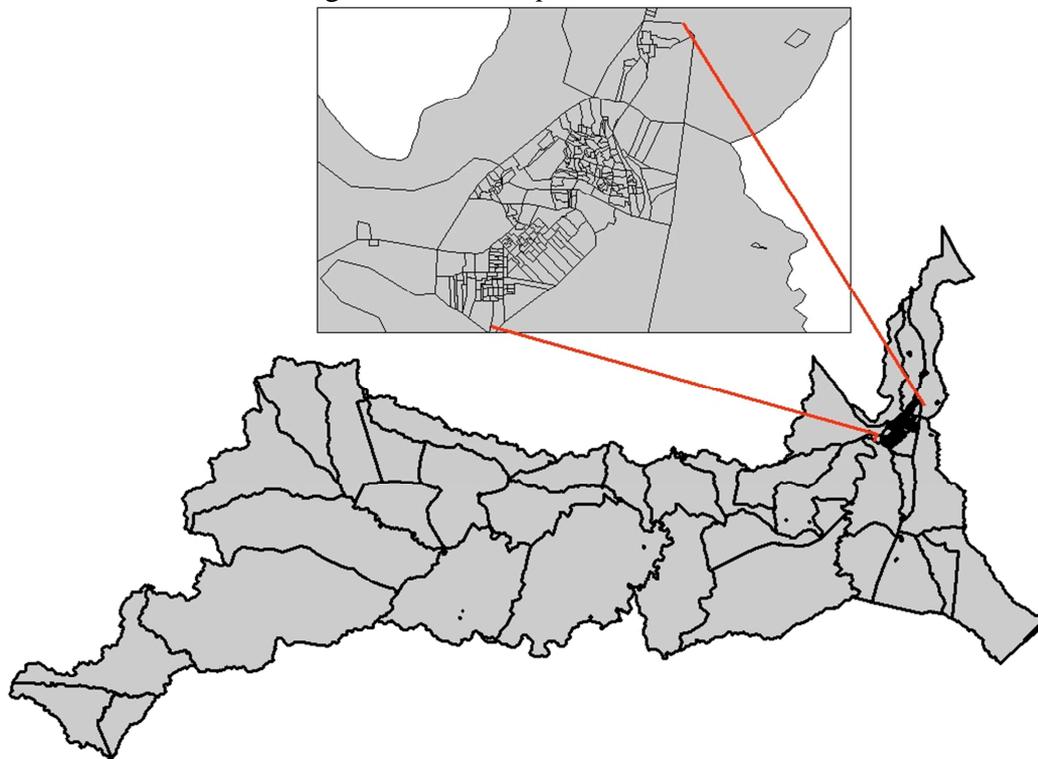
Metodologia

Este capítulo apresenta as principais informações em relação à área de estudo, detalha a obtenção e a descrição dos dados, assim como mostra o método de análise estatística aplicada aos dados em estudo.

3.1 Área de Estudo

A área de estudo refere-se ao município de Marabá que se localiza no sudeste paraense (Figura 3.1), com uma distância de 654 quilômetros da capital, Belém. Possui uma população de 251.885 habitantes e uma densidade demográfica de 15,45 hab./Km² (IBGE, 2013).

Figura 3.1: *Município de Marabá.*



3.2 Obtenção e Descrição dos Dados

Para a elaboração do trabalho foram adotados dois procedimentos. Primeiramente, houve a reunião de informações referentes às notificações de homicídios ocorridos no município de Marabá, tendo como recorte temporal o período de janeiro do ano de 2010 a setembro do ano de 2013. Depois, fez-se a aplicação de ferramentas estatísticas, a fim de mostrar como a desinformação da informação do homicídio em Marabá implica a construção do perfil da vítima, do agressor e do delito.

Os dados foram obtidos pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) do Pará, a partir de registros armazenados em sua base de dados criminais, que são alimentados pelas seccionais urbanas e delegacias, a partir do registro da ocorrência no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP). No período analisado foram efetuados 685 registros de homicídios na cidade de Marabá. As variáveis analisadas foram:

- i) Sexo da Vítima:** masculino e feminino;
- ii) Turno:** madrugada, manhã, tarde e noite;
- iii) Dia da Semana:** domingo, segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira, sábado;
- iv) Ano:** 2010, 2011, 2012 e 2013;
- v) Mês:** janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro;
- vi) Bairro:** Nova Marabá, Zona Rural de Marabá, Velha Marabá, Liberdade, Cidade Nova, São Felix, Novo Horizonte, Independência, Morada Nova, Laranjeira, Amapá, Jardim Vitória, Bom Planalto, Centro de Marabá, Vale do Aeroporto;
- vii) Meio Empregado:** arma de fogo, arma cortante ou perfurante, arma contundente e sem instrumento;
- viii) Local de Ocorrência:** via pública, residência particular, café, bar, casa comercial, propriedade agropastoril, terreno baldio, hospital, mar, rio, lagoa, penitenciária, reformatório, via férrea, prédio em obras e indústria;

ix) Causa/Motivo: ódio ou vingança, ambição, execução, alcoolismo/embriaguez, tráfico de entorpecentes, ciúme, fútil, acidental, rixa e troca de tiro;

x) Faixa Etária da Vítima (em anos): 0 a 11, 12 a 17, 18 a 24, 25 a 29, 30 a 34, 35 a 64 e maior ou igual a 65.

3.3 Análise Estatística

A estatística está presente em todas as áreas da ciência que envolve o planejamento do experimento, a construção de modelos, a coleta, o processamento e a análise de dados e sua consequente transformação em informação, para postular, refutar ou validar hipóteses científicas sobre um fenômeno observável.

A alta competitividade na busca de tecnologias e de mercados tem provocado uma constante corrida pela informação, logo o aprendizado a partir de dados é um dos desafios mais relevantes da era da informação em que se vive. Neste contexto a análise dos dados é feita por meio da estatística descritiva, com o objetivo de organizar, investigar e expor características de dados, além de procurar indícios de padrões que possam indicar possíveis tendências relacionadas aos registros de homicídios. Para tanto, utilizou-se tabelas, gráficos e medidas estatísticas, para se obter resultados de modo rápido, fácil e de simples interpretação (BUSSAB; MORETTIN, 2011).

As tabelas foram construídas com o objetivo de apresentar os dados de homicídios de modo ordenado, simples e de fácil interpretação em um mínimo de espaço, sempre considerando que uma tabela é diferenciada dependendo do tipo de variável em estudo.

Os gráficos foram utilizados para proporcionar uma impressão mais rápida e de fácil compreensão das características dos homicídios. Existem diversos tipos de gráficos, nos quais são classificados e utilizados segundo a variável em estudo. Neste trabalho, optou-se por utilizar os gráficos em linhas, colunas, barras e setores.

a) Gráfico em Linhas

Este tipo de gráfico foi utilizado para exibir a série temporal do número de registros de homicídios, com o principal objetivo de verificar a evolução do delito durante o período estudado, ou seja, observar o crescimento ou diminuição deste ao longo do tempo. Este gráfico é muito comum em estudos de segurança pública, destacando-se o estudo realizado por Perez (2007) que mostra a evolução da taxa de homicídios, segundo o meio empregado para o cometimento do delito, por ano do fato. Destaca-se também o estudo de Saporì (2007), que utilizou o gráfico em linhas para mostrar a evolução das taxas de criminalidade violenta em Minas Gerais por ano.

b) Gráfico em Colunas

Também é recomendado para representar séries temporais, isto é, onde as variáveis possuem uma ordem cronológica, como a faixa etária da vítima, faixa horária/turno e dia da semana. Este gráfico também foi utilizado por Ramos et al. (2011), para visualizar o comportamento das variáveis tempo de convivência em anos de acusados e vítimas e número de filhos da vítima de crimes contra a mulher, em um estudo sobre o perfil das vítimas de crime contra a mulher na região metropolitana de Belém (RMB), no ano de 2009. Toma et al. (2008) também utilizaram o gráfico em colunas para estudar o dia da semana que mais influencia o cometimento de atos infracionais praticados por crianças, na RMB, no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2006.

c) Gráfico em Barras

O gráfico em barras geralmente é utilizado para representar séries geográficas e especificativas, ou seja, variáveis que representem o local ou a categoria, como meio empregado para o crime e raça/cor. Esse tipo de gráfico pode ser visualizado em Ramos et al. (2008), que o utilizaram para mostrar a variação da quantidade de ocorrências de atentado violento ao pudor, ato obsceno e estupro na RMB, no ano de 2006. Waiselfisz (2013) utilizou o mesmo tipo de gráfico para o estudo das taxas de homicídios juvenis por unidades de federação em todo o Brasil no ano de 2011. Pereira et al. (2008) usaram

o gráfico em barras para estudar as causas de morte e meio empregado nos acidentes de trânsito fatais ocorridos no município de Belém, no ano de 2006.

d) Gráfico em Setores

Este tipo é também utilizado para representar series geográficas e especificativas, mas diferentemente do gráfico de barra, é recomendando quando se tem até cinco categorias. Este é o gráfico mais indicado para variáveis como sexo (masculino e feminino) e confirmação do caso (confirmado e descartado). Essa representação pode ser vista em Ribeiro et al. (2008), que utilizaram o gráfico em setores para mostrar o percentual de roubos ocorridos na 11ª ZPOL, no 1º semestre de 2007, por sexo das vítimas.

Gomes et al. (2008) também utilizaram o gráfico em setores para mostrar o percentual de participantes da VI parada do orgulho LGBT, realizada no município de Belém, no ano de 2007, que conhecem ou não o projeto que criminaliza a homofobia. No estudo realizado por Almeida et al. (2011), destaca-se o gráfico em setores na análise da ocorrência de violência no entorno de escolas públicas em um bairro periférico localizado no município de Belém em 2010.

3.4 A Importância da Estatística na Segurança Pública

As estatísticas no contexto geral são de grande importância para a formulação, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas principalmente na área da segurança pública, em que atribui o conhecimento da população a respeito dos acontecimentos em bairros, cidades e estados, para o alerta a áreas de maiores incidências, perfil de crimes e entre outros, além de auxiliar os diferentes setores da sociedade civil no esforço comunitário contra a insegurança (MIRANDA, 2009).

Aumentar e manter o sentimento de segurança na sociedade não é algo fácil, já que a falta de informações precisas acaba por limitar o planejamento de estratégias por parte dos gestores de segurança pública. Por isso, para compreender a importância da mensuração dos indicadores para o planejamento de ações e para a tomada de decisão

torna-se essencial conhecer seus aspectos teóricos como conceito, importância e aplicabilidade.

O conceito de indicador é definido por Rozados (2005, p.62) como uma ferramenta de mensuração, utilizada para levantar aspectos quantitativos e/ou qualitativos de um dado fenômeno, com vistas à avaliação e a subsidiar a tomada de decisão. De modo geral, uma gestão eficiente e eficaz não se faz sem o uso de indicadores que permitam maior qualidade e credibilidade dos dados de uma organização. Para Back (2012), uma gestão com eficácia é aquela que na consecução de seus objetivos, consegue os efeitos necessários, ou seja, atinge as metas a que se propôs (BACK, 2012).

Os indicadores são de fundamental importância para os processos de diagnóstico, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Em segurança pública, devido à sua veiculação diariamente nos variados meios de comunicação, os indicadores servem, também, para a população ter a real dimensão do que está acontecendo no seu meio; além disso, ao conhecer as áreas de maior incidência de determinado crime, a população e os gestores podem planejar com informações reais as ações contra a insegurança.

Dessa forma, as estatísticas são peças fundamentais na composição de sistemas de monitoramento e a sua aplicação efetiva envolve uma mudança no interior das organizações (AZEVEDO, 2011). Porém, deve-se atentar, conforme Batittucci (2007), que a contagem oficial dos crimes por meio de registros, como boletim de ocorrência policial, possuem problemas que vão desde o mau preenchimento dos dados e a subnotificação dos crimes, até a questões relativas à própria metodologia da coleta, processamento ou interpretação das informações. Por isso, a organização das estatísticas e a disseminação de sua utilização são centrais a uma política de mudança de paradigma da ação policial (AZEVEDO, 2011).

Capítulo 4

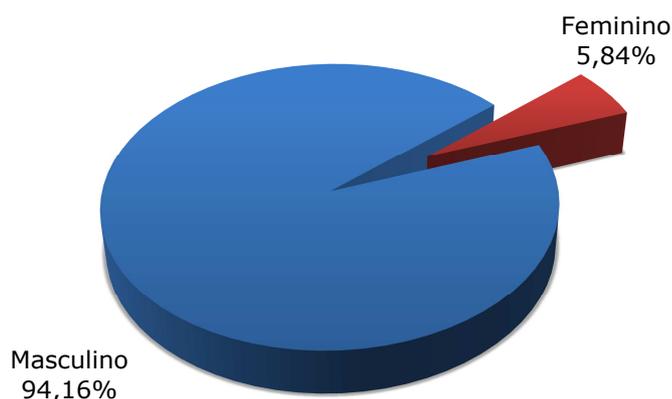
Resultados e Discussão

Neste capítulo, será apresentado o perfil da vítima e do delito, assim como as implicações da falta de informação para a construção do perfil completo da vítima e do acusado de homicídios.

4.1 Perfil da Vítima

Pode-se observar que no período compreendido de janeiro de 2010 a setembro de 2013 a grande maioria das vítimas (94,16%) de homicídio em Marabá é do sexo Masculino (Figura 4.1). Este resultado é similar às pesquisas nacionais e internacionais que alertam que as mortes por homicídios, inclusive no grupo de jovens, são ocorrências tipicamente do sexo masculino, como por exemplo, nos estudos realizados na Cidade de São Paulo por Mingardi (1996) e em Petrolina, Pernambuco, por Campos et al. (2011).

Figura 4.1: *Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Sexo da Vítima.*



Em Marabá, os ciclos e/ou projetos econômicos que se instalaram na região que impulsionaram o setor de comércio e serviço, levaram o município a se torna o principal centro econômico e administrativo do sudeste do estado do Pará. O cenário histórico e

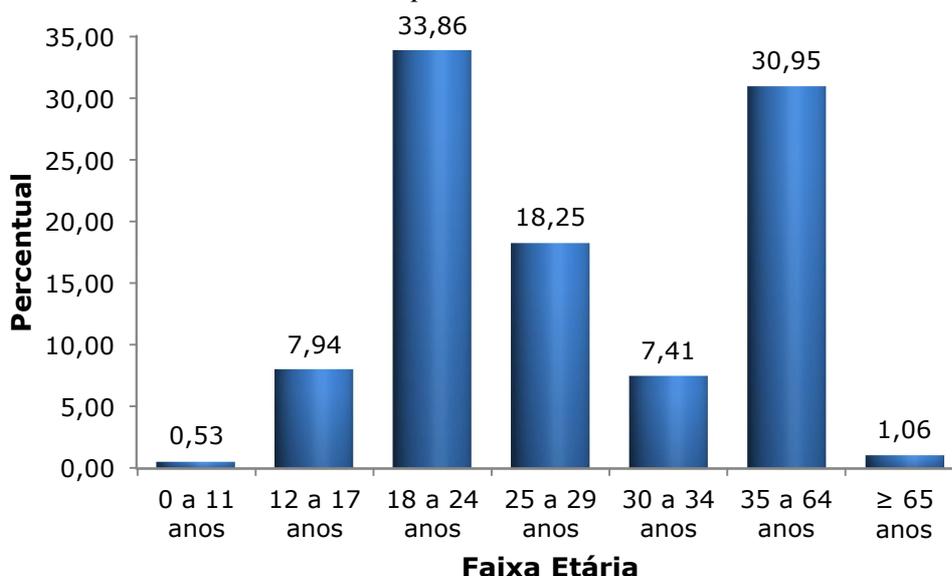
contemporâneo construído a partir de políticas nacionais de ocupação que geram até os dias atuais conflitos no campo, sempre teve o envolvimento majoritário de homens.

Para Barata et al. (1999), a agressividade e a competitividade dos homens os tornam mais expostos ao crime de homicídio. Do mesmo modo, González-Pérez et al. (2012) afirmam que a agressividade masculina é culturalmente e socialmente aceita, especialmente nos jovens, que veem a violência como um modo aceitável de resolver conflitos, o que pode ser visto na cidade de Marabá quando se observa que a maior parte das vítimas de homicídio possui idade de 18 a 24 anos (33,86%) (Figura 4.2). Para Adorno (2002) e Waiselfiz (2011), este padrão etário de vítimas de homicídios não é novo, assim, mostram e ratificam que essa característica das vítimas é vivenciada em todo o Brasil. Da mesma forma, o estudo de Duarte (2008) aponta que 41,70% dos homicídios, nas capitais do Brasil, foram de homens de 20 a 49 anos.

Para Mingardi (1996), os maiores riscos para a vitimização de homicídios são observados nos grupos de adultos jovens e adolescentes, sendo que para os primeiros há, aparentemente, tendência à persistência no crescimento das taxas de homicídios. Em alguns lugares do Brasil o homicídio é a primeira causa de óbito em homens de 15 a 39 anos, como por exemplo, na cidade de São Paulo, superando todas as outras formas de mortes violentas e todas as doenças. Em São Paulo a maioria das vítimas pertence ao grupo de 20 a 29 anos, seguido do de 16 a 20 anos.

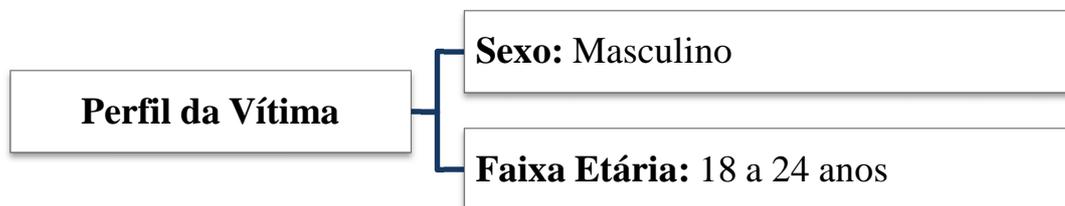
Esse perfil epidemiológico da mortalidade por homicídio observado em Marabá e em diversas cidades brasileiras é compatível com aquele descrito para as grandes cidades norte-americanas, onde existe um crescimento das taxas nos últimos anos, amplo predomínio de mortes no sexo masculino, concentração dos óbitos entre adolescentes e adultos jovens (CDC, 1994).

Figura 4.2: *Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Faixa Etária da Vítima.*



Portanto, pode-se evidenciar pela Figura 4.3 o perfil da vítima de homicídio em Marabá, nesse período.

Figura 4.3: *Perfil da Vítima de Homicídio Registrado no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013.*



O fato de muitos jovens terem suas relações familiares marcadas por contradições e conflitos devido à dificuldade de aceitar a sua condição social, em que a maioria dos pais é da classe trabalhadora e ganha baixos salários, não conseguindo alcançar a realidade atual em que aquele jovem deseja fazer parte, muitos jovens acabam se vendo obrigados a assumirem precocemente suas despesas pessoais e em muitos casos as despesas também da família. E, portanto, a probabilidade de estar envolvido em uma morte violenta depende de riscos cumulativos relacionados, em sua maioria, a condições de marginalidade social: brigas de gangues, tráfico de entorpecentes, assaltos à mão armada, tiroteios com a polícia, desagregação social com exclusão e iniquidade (GREENBERG; SCHNEIDER, 1994).

Além disso, muitos jovens são incapazes de achar emprego ou de pagar as taxas de universidade particular, pois as universidades públicas apresentam uma demanda muito grande de candidatos, o que exclui largos segmentos da população dos empregos produtivos e aumentam as desigualdades existentes. Muitos jovens tentam compensar a marginalidade aderindo à gangues de rua, enquanto outros se envolvem no tráfico de drogas, então eles começam a enxergar no crime a maneira mais fácil e rápida de ter mobilidade social e canais “respeitáveis” (PINHEIRO, 1997).

4.2 Perfil do Delito

Pode-se observar que a maioria dos homicídios registrados em Marabá teve como motivo/causa de ódio ou vingança (75,57%) (Tabela 4.1). Anna et al. (2005) realizaram um estudo referente a homicídios entre adolescentes em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, no ano de 1997, e verificaram que o sentimento de vingança (15,40%) é a terceira maior causa dos homicídios entre os jovens do sexo masculino na cidade. Campos et al. (2011) observaram em seu estudo no município de Petrolina, estado de Pernambuco, entre os anos de 2004 e 2006, que os três motivos de agressão com maior proporção foram por causas fúteis (21,70%), seguido de extermínio/pistolagem (15,50%) e vingança (11,80%). Os autores ainda comentam que existe uma relação do extermínio/pistolagem com o sentimento de vingança na maior parte dos relatos policiais, onde envolvem geralmente os “acertos de contas, brigas entre gangues, ameaça de morte, rixas e crimes encomendados” (CAMPOS et al., 2011, p. 158).

Em Marabá, não é diferente, o conceito de ódio e vingança deve ser traduzido como pistolagem. A região sudeste do estado do Pará herdou esse conceito das gerações anteriores, durante os períodos da ocupação, como por exemplo, o ciclo da borracha, o extrativismo da castanha do Pará e do garimpo de Serra Pelada. É prática comum na região de Marabá, como se fosse um quesito cultural, e não raro testemunhar pessoas cogitando resolver seus problemas sociais por meio da pistolagem, principalmente, em questões envolvendo o tráfico de entorpecente, crimes passionais, além de situações de dívidas e problemas no setor agrário.

Tabela 4.1: *Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Causa/Motivo do Fato Ocorrido.*

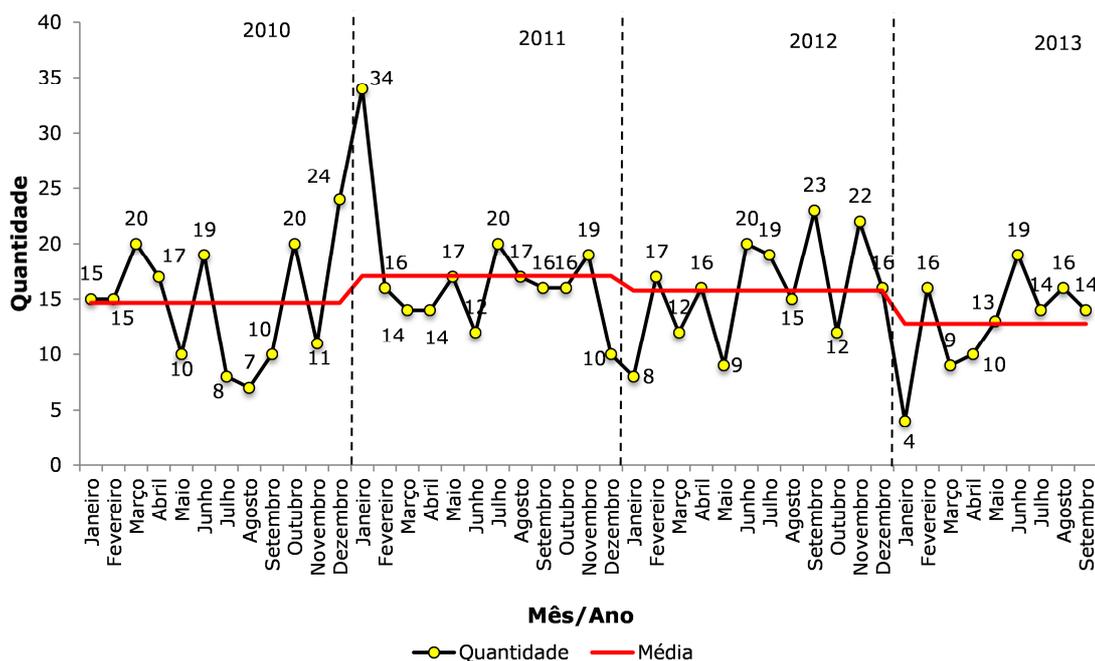
Causa/Motivo	Quantidade	Percentual
Ódio ou Vingança	232	75,57
Ambição	23	7,49
Execução	13	4,23
Alcoolismo/Embriaguez	12	3,91
Tráfico de Entorpecentes	11	3,58
Ciúme	9	2,93
Fútil	3	0,98
Acidental	2	0,65
Rixa	1	0,33
Troca de Tiro	1	0,33
Total	307	100,00

Nota: Em 378 (48,47%) ocorrências não havia informação da causa/motivo do fato ocorrido.

No período em estudo a maior parte dos homicídios no município de Marabá ocorreu em janeiro de 2011, apresentando 34 notificações, seguido de dezembro de 2010 (24 notificações) (Figura 4.4). Uma possível explicação para esse resultado pode ser o fato de que em janeiro de 2011, a morte violenta de um agente de segurança pública estadual, sem desvio de conduta, colaborou com o aumento dos indicadores de homicídio de Marabá, pois, anônimos aproveitando-se do clamor da opinião pública passaram a atuar sem critérios, “postura muito típica da região”, em defesa da vítima (BINFO, 2011).

A grande quantidade de registros em janeiro fez de 2011 o ano com a maior média (17,08) de homicídios no período em estudo. Em 2010, apenas os meses de maio, julho, agosto e novembro apresentam quantidade de notificações de homicídio abaixo da média anual (14,67). Apesar dos elevados números, em 2012 (15,75) e 2013 (12,78) Marabá apresenta uma redução na quantidade média de registros de homicídios (Figura 4.4).

Figura 4.4: *Quantidade de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Mês e Ano.*



O Brasil vem experimentando um aumento exponencial de suas taxas de homicídio. Atualmente, os assassinatos já são a principal causa de morte entre jovens de 15 a 24 anos, superando qualquer doença ou causa externa e se consolidando como um gravíssimo problema não somente de segurança, mas de saúde pública do Brasil (ZILLI; VARGAS, 2012).

Em 2010 o ranking de homicídios no Brasil foi liderado pelo estado de Alagoas, sendo registrados 2.226 homicídios, que equivalem a uma taxa de 71,3 mortes por 100 mil habitantes. Nesse mesmo ano, o estado de São Paulo apresentou a menor taxa de homicídios dos últimos tempos, com o registro de 4.320 mortes, o que corresponde a 10,47 homicídios por 100 mil habitantes (GOMES; LOCHE; 2011). Minas Gerais alcançou a taxa de 19,8 homicídios para cada 100 mil habitantes, tendo como meta para o ano de 2011 o índice reduzido para 14,58 homicídios para cada 100 mil habitantes (SOUZA; REIS; 2006).

Marabá vem apresentando taxas de homicídios alarmantes. Em 2010, a taxa foi de 75,32 mortes por 100 mil habitantes, superior à alcançada no estado de Alagoas; em 2011, foi de 85,88 mortes por 100 mil habitantes e 77,59 mortes por 100 mil habitantes em 2012. Marabá apresenta a taxa média de homicídio, aproximadamente 5 vezes maior

que Belém, a capital do estado, que registrou em 2010 a taxa de 15,79 mortes por 100 mil habitantes.

A maior parte dos homicídios registrados em Marabá ocorreu no bairro Nova Marabá (37,81%), seguido da Zona Rural de Marabá (13,87%) (Tabela 4.2). Para Cardia et al. (2003) existe uma característica frequente nos registros de homicídios no Brasil, sendo que os bancos de dados revelam que os cenários mais recorrentes são os bairros da periferia urbana, onde as condições sociais de existência coletiva são precárias e a qualidade de vida encontra-se degradada.

Tabela 4.2: *Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Bairro.*

Bairro	Quantidade	Percentual
Nova Marabá	259	37,81
Zona Rural de Marabá	95	13,87
Velha Marabá	67	9,78
Liberdade	51	7,45
Cidade Nova	48	7,01
São Felix	38	5,55
Novo Horizonte	27	3,94
Independência	26	3,79
Morada Nova	21	3,06
Laranjeira	18	2,63
Amapá	11	1,60
Jardim Vitória	10	1,46
Bom Planalto	7	1,02
Centro de Marabá	6	0,88
Vale do Aeroporto	1	0,15
Total	685	100,00

Entretanto, no bairro Nova Marabá o cenário é completamente diferente, pois o bairro é tido como setor urbano que atende as principais necessidades da população do município. Grande parte dos serviços públicos municipais, estaduais e federais estão situados neste setor. As redes de banco, de alimentação, de confecção e hospitalares ficam praticamente em um mesmo corredor e entorno (Figura 4.5). No período da noite o bairro Nova Marabá se destaca pelos muitos bares, danceterias e boates tendo um volume considerável de atendimentos a partir de sexta-feira até domingo e

principalmente nos meses de junho a outubro. A Figura 4.5 apresenta a área comercial de Marabá.

Figura 4.5: *Área Comercial, Município de Marabá, em Outubro de 2013.*



Uma característica de grande relevância de Nova Marabá é que apreensões de drogas e conseqüentemente as prisões de pessoas envolvidas com tráfico ocorrem com maior frequência neste bairro. Isso sugere a presença de células do tráfico de entorpecente neste setor, justificado, pelos inquéritos investigativos tombados pela Polícia Civil para apurar os casos de homicídios que na conclusão apontam para envolvimento da vítima com as drogas.

Em relação à urbanização, nos últimos anos o Nova Marabá vem-se destacando pelo elevado número de invasões, provocando uma desorganização espacial urbana. O Poder executivo acaba deixando nas mãos da justiça a decisão sobre novos bairros e os entraves do judiciário acabam permitindo o estabelecimento das invasões que já nascem populosas, como por exemplo, Nossa Senhora Aparecida “Coca-Cola” (Figura 4.6) e Araguaia “Fanta”. Acerca dessa relação entre urbanização e violência, Beato Filho (2012, p. 70) afirma que o fenômeno de maior estreitamento associado ao crescimento dos homicídios no Brasil é a urbanização. A rigor, poder-se-ia dizer que os crimes

violentos são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos grandes centros urbanos, nos quais os mecanismos de controle se deterioram, tal como ocorreu também em outros países.

Figura 4.6: *Área da Invasão “Coca-Cola”, Município de Marabá, em Outubro de 2013.*



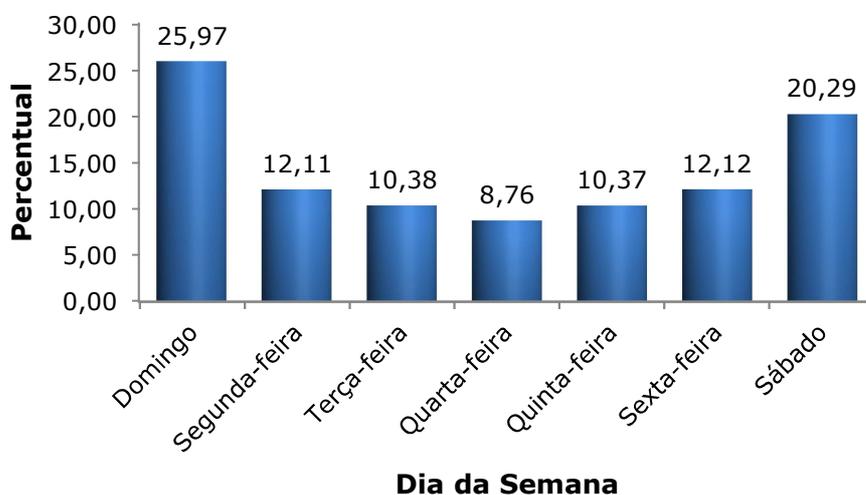
Neste prisma, é possível afirmar que o crescimento da violência urbana e do crime organizado não ocorre apenas devido ao altíssimo lucro das drogas. O lócus social propício para a expansão do crime reúne elementos que incluem o crescimento acelerado e desordenado dos centros urbanos, a precarização dos serviços públicos, incluindo a segurança pública, a degradação ambiental, a degradação do sistema penitenciário e a morosidade da justiça brasileira.

De acordo com Beato Filho (2012, p. 152), as chances de morrer, vítima de homicídio quando se é um homem jovem habitante da periferia, chega a ser de até trezentas vezes mais do que para uma senhora de meia idade que habita bairros de classe média. No entanto todos os esforços de nosso sistema de justiça e de organizações às voltas com a segurança pública parecem ser proteger justamente aqueles que estão menos expostos à violência.

Em relação ao dia da semana em que esse homicídio acontece em Marabá, observa-se que há uma concentração no sábado e domingo, ou seja, no final de semana (totalizando 46,26%) (Figura 4.7). Este padrão também é observado em outros locais do mundo, em relação aos crimes de homicídio, por exemplo, na cidade de Cali, Colômbia, onde, um em cada quatro homicídios ocorreram no domingo e dois em cada três, no horário da noite, sendo que 13,00% das vítimas de homicídios aos domingos e 23,40% das vítimas de homicídios no turno da noite, possuíam 50mg/dL ou mais de álcool no sangue (CONCHA-EASTMAN et al., 2002).

Da mesma forma, na região metropolitana da Grande São Luís no Maranhão, Santos Júnior (2013) encontrou uma forte associação entre a ocorrência de homicídio e os dias de domingo e sábado e os turnos noite e madrugada. Esse tipo de concentração pode ser justificado pelo horário de funcionamento de bares e festas, que em sua maioria, funcionam aos finais de semana, começando o expediente no final da tarde e encerrando pela madrugada.

Figura 4.7: *Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Dia da Semana.*

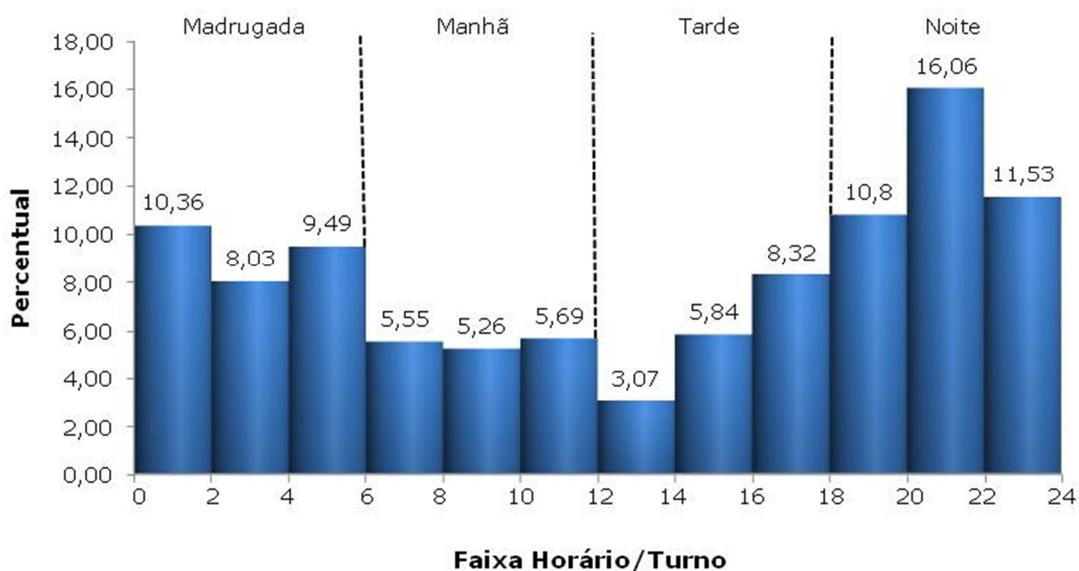


Quanto ao turno de ocorrência do homicídio em Marabá, nota-se um elevado percentual nos turnos da noite e madrugada (totalizando 66,27%), e a intensidade se reduz nos turnos da manhã e a tarde (Figura 4.8). Este ciclo temporal dos crimes de homicídio não é exclusividade de Marabá, e pode ser notado em diversos estudos que abordam o assunto, como por exemplo, na cidade de Cali na Colômbia (CONCHA-

EASTMAN et al., 2002), cidade de São Paulo no Brasil (SANT'ANNA et al, 2008) e cidade de Belém, no Brasil (GOMES, 2013; REMÉDIOS, 2013).

De acordo com Gomes (2013) e Silva (2000), os crimes nos turnos da madrugada e noite ocorrem com vítimas mais vulneráveis, pois o horário propicia um ambiente, em que, na maioria das vezes, o consumo de álcool está presente e os bares e locais semelhantes estão em funcionamento. Muitos estudos têm relacionado a violência com o consumo abusivo de bebidas alcoólicas, o que proporcionou, a partir de 2000, uma orientação à elaboração e execução de políticas municipais de controle do consumo do álcool como meio de reduzir a violência (MOURA, 2012). Kahn e Zanetic (2005) concluíram que os crimes contra a pessoa dependem, inclusive, do padrão de interação entre elas e, ao lado das armas de fogo, as bebidas alcoólicas são consideradas um dos mais importantes fatores criminógenos que potencializam a violência.

Figura 4.8: *Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Faixa Horária e Turno.*



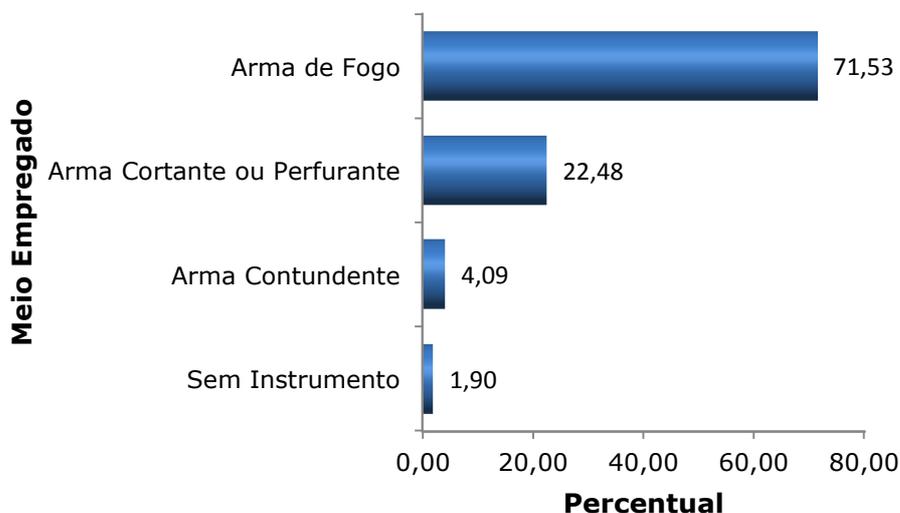
Um ranking feito entre os 100 municípios com as maiores taxas médias de mortes por armas de fogo das cidades com mais de 20 mil habitantes, realizado por Waiselfisz (2013), apresenta o município de Marabá ocupando a 9ª (nona) posição. Isso pode ser visto claramente na Figura 4.9, que mostra que a maioria dos homicídios registrados no município de Marabá foi pela utilização de arma de fogo (71,53%).

Zilli e Vargas (2013) estudaram os homicídios de jovens registrados na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) no período de 1978 a 2008 e, verificaram que na maioria dos casos de homicídios a utilização de arma de fogo supera os demais instrumentos utilizados no ato, além disso, também verificaram um aumento na utilização da arma de fogo nos casos de homicídios registrados na RMBH no período em estudo.

Para Waiselfisz (2013), a justificativa da forte utilização das armas de fogo em casos de homicídios se resume na facilidade de acesso desse instrumento letal no mercado ilegal, estando agregado a isso a decisão de utilizar esse instrumento para resolver qualquer tipo de conflito interpessoal, na maior parte dos casos, banais e circunstanciais, além do grande nível de impunidade vigente. Tudo isso atua como estímulo para a resolução de conflitos pela via violenta, diante da escassa probabilidade de punição.

Peres e Santos (2005) acreditam que os elevados coeficientes de mortalidade por homicídios com armas de fogo sugerem que medidas para o controle de armas podem vir a ter um impacto importante para a redução da mortalidade por homicídios, constituindo-se, dessa forma, uma medida de grande valor preventivo. Porém, antes de se realizar um controle mais rigoroso do uso de arma de fogo é necessário aumentar o sentimento de segurança da população, pois muitos moradores mantêm a arma de fogo em sua residência de forma legal ou ilegal, devido ao medo de sofrer alguma violência, achando que dessa forma terá proteção mais efetiva.

Figura 4.9: *Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Meio Empregado.*



A maioria dos homicídios registrados no município de Marabá ocorreu em via pública (75,34%) (Tabela 4.3). Resultado similar também foi encontrado por Ratton et al. (2013), em um estudo realizado em Recife, estado de Pernambuco, onde revelou-se a predominância das ocorrências de homicídio em via pública (79,2%), seguida de residência (12,50%) e bar/festas (4,20%). Campos et al. (2011) ressaltam que a prevalência de homicídios em espaço público reúne características peculiares a cada bairro, ocorrendo principalmente em bairros periféricos e com alta concentração de pessoas.

A razão do número de homicídios entre homens e mulheres foi de aproximadamente 16 óbitos masculinos para cada óbito feminino. Para as mulheres, apesar de a violência ocorrer tanto na rua quanto em casa, ao contrário dos homens, as mulheres e as crianças são as principais vítimas da violência sofrida no espaço doméstico, praticada, sobretudo, por maridos, ex-maridos, companheiros, ex-companheiros, namorados, ex-namorados, irmãos, pais e padrastos (RAMOS et al., 2011), portanto resultante de conflitos de ordem “privada”. Enquanto que entre a população masculina predominam os casos de agressões por estranhos, ocorridos no espaço público e relacionadas, em grande parte, com a criminalidade urbana (KELLERMAN; MERCY; 1992), isso pode ser visto na cidade de Marabá quando se observa que a maioria dos homicídios ocorreu em via pública (75,34%) (Tabela 4.2) e no turno da noite (38,39%) (Figura 4.3).

Tabela 4.3: *Quantidade e Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Local de Ocorrência.*

Local de Ocorrência	Quantidade	Percentual
Via Pública	516	75,34
Residência Particular	78	11,39
Café, Bar, etc.	34	4,96
Casa Comercial	12	1,75
Propriedade Agropastoril	12	1,75
Terreno Baldio	5	0,73
Hospital	4	0,58
Mar, Rio, Lagoa	4	0,58
Penitenciária, Reformatório	2	0,29
Via Férrea	2	0,29
Outros*	16	2,34
Total	685	100,00

Nota: *Prédio em Obras e Indústria

Ao relacionar o número de registros por turno, observa-se que a maior parte dos homicídios ocorridos no domingo (25,97%) e no sábado (20,29%) foram no turno da noite (8,32% e 8,76, respectivamente), seguido do turno da madrugada (9,91% e 4,38%, respectivamente) (Tabela 4.4).

Tabela 4.4: *Percentual de Homicídios Ocorridos no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Dia da Semana, Bairro e Turno.*

Variável	Categoria	Turno				Total
		Madrugada	Manhã	Tarde	Noite	
Dia da Semana	Domingo	9,91	3,65	4,09	8,32	25,97
	Segunda-feira	3,65	2,77	2,48	3,21	12,11
	Terça-feira	1,61	1,61	2,63	4,53	10,38
	Quarta-feira	2,34	0,58	1,46	4,38	8,76
	Quinta-feira	2,19	1,61	2,19	4,38	10,37
	Sexta-feira	3,80	2,04	1,46	4,82	12,12
	Sábado	4,38	4,23	2,92	8,76	20,29
	Total	27,88	16,49	17,23	38,40	100,00
Bairro	Nova Marabá	8,90	6,13	7,00	15,78	37,81
	Zona Rural de Marabá	4,09	2,63	2,48	4,67	13,87
	Velha Marabá	2,48	1,75	1,75	3,80	9,78
	Liberdade	3,07	1,02	0,88	2,48	7,45
	Cidade Nova	1,46	1,17	1,17	3,21	7,01
	São Felix	2,34	1,02	0,58	1,61	5,55
	Novo Horizonte	0,58	0,44	0,88	2,04	3,94
	Independência	1,17	0,58	0,29	1,75	3,79
	Morada Nova	1,31	0,29	0,88	0,58	3,06
	Laranjeira	1,02	0,73	0,15	0,73	2,63
	Amapá	0,58	0,15	0,29	0,58	1,60
	Jardim Vitória	0,15	-	0,58	0,73	1,46
	Bom Planalto	0,29	0,58	0,15	-	1,02
	Centro de Marabá	0,29	-	0,15	0,44	0,88
	Vale do Aeroporto	0,15	-	-	-	0,15
	Total	27,88	16,49	17,23	38,40	100,00

A maioria dos homicídios que ocorreu no domingo foi com a utilização de arma de fogo (17,07%), seguida de arma cortante ou perfurante (7,16%) (Tabela 4.5).

Tabela 4.5: *Percentual de Homicídios Ocorridos no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Dia da Semana e Meio Empregado.*

Dia da Semana	Meio Empregado				Total
	Arma de Fogo	Arma Cortante ou Perfurante	Arma Contundente	Sem Instrumento	
Domingo	17,07	7,16	1,59	0,15	25,97
Segunda-feira	9,78	1,90	0,43	-	12,11
Terça-feira	8,61	1,31	0,17	0,29	10,38
Quarta-feira	5,84	1,61	0,58	0,73	8,76
Quinta-feira	8,47	1,46	0,29	0,15	10,37
Sexta-feira	8,18	3,36	0,14	0,44	12,12
Sábado	13,58	5,69	0,88	0,14	20,29
Total	71,53	22,49	4,08	1,90	100,00

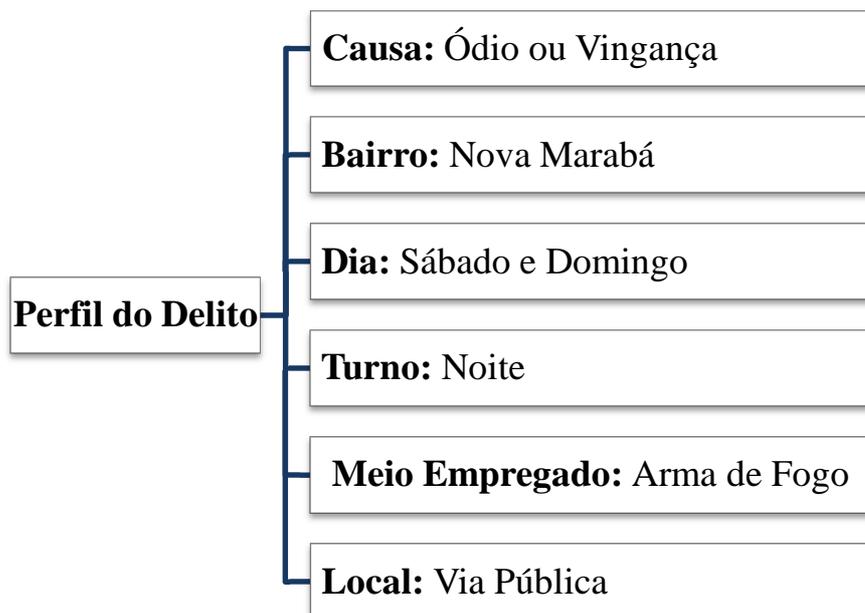
A maioria dos homicídios ocorridos em nova marabá (37,81%) foi no ano de 2011 (10,95%), seguido dos anos de 2010 e 2012 (ambos 10,80%) (Tabela 4.6).

Tabela 4.6: *Percentual de Homicídios Ocorridos no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Bairro e Ano.*

Bairro	Ano				Total
	2010	2011	2012	2013	
Nova Marabá	10,80	10,95	10,80	5,26	37,81
Zona Rural de Marabá	3,21	3,94	4,09	2,63	13,87
Velha Marabá	2,92	1,75	3,21	1,90	9,78
Liberdade	1,31	3,51	1,61	1,02	7,45
Cidade Nova	1,90	2,04	1,90	1,17	7,01
São Felix	0,73	1,46	1,02	2,34	5,55
Novo Horizonte	0,58	2,20	0,58	0,58	3,94
Independência	0,88	1,15	0,88	0,88	3,79
Morada Nova	0,58	0,73	1,17	0,58	3,06
Laranjeira	0,58	1,02	0,88	0,15	2,63
Amapá	0,87	0,29	0,15	0,29	1,60
Jardim Vitória	0,73	-	0,73	-	1,46
Bom Planalto	0,29	0,44	0,29	-	1,02
Centro de Marabá	0,15	0,44	0,29	-	0,88
Vale do Aeroporto	0,15	-	-	-	0,15
Total	25,68	29,92	27,60	16,80	100,00

Portanto, com o auxílio da Figura 4.10 é possível visualizar de forma resumida o perfil do homicídios registrados no município de Marabá neste sentido.

Figura 4.10: *Perfil do Homicídio Registrado no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Causa/Motivo do Fato Ocorrido.*



4.3 Falta de Informação Aliada ao Comprometimento de Políticas de Segurança Pública

As ações de segurança pública são planejadas e executadas sem informação necessária e isso se deve ao fato do preenchimento incompleto do boletim de ocorrência policial (BOP). Este não produz informações condizentes com a realidade e com a gravidade dos fatos, muitas vezes por descaso ou despreparo dos profissionais que não possuem a dimensão da importância da execução de suas atividades de maneira qualificada no preenchimento do BOP. Estas afirmações podem ser observadas na Tabela 4.7, em que estão descritos o percentual de “sem informação” em alguns campos do BOP, nesta pode-se observar o elevado percentual de informações não descritas a cerca da vítima e do acusado, em que algumas podem ser essenciais no esclarecimento do fato. Nos campos em que deveriam constar os dados da vítima e do acusado, como raça/cor, escolaridade, profissão, faixa etária, preenche-se somente “sem informação”.

Por se tratar de homicídios, além do descaso e/ou despreparo dos profissionais, deve-se levar em conta também a dificuldade da polícia em obter um depoimento detalhado do fato por parte da população, que muitas vezes tem conhecimento do ocorrido, mas prefere se calar por medo de retaliação. Essa afirmação pode ser

observada na Tabela 4.7 que mostra o não-preenchimento da maioria das informações relacionadas à vítima e o acusado de homicídios, e o preenchimento da maioria das informações relacionadas somente ao fato.

No caso da violência, para Njaine et al. (1997), o processo de produção da informação não reflete a realidade e a intensidade dos fatos e também se adéqua à concepção dominante de violência e de sujeitos violentos que a sociedade retém em seu imaginário. Junto à falta de informação se encontra a dificuldade em se obter índices e indicadores relacionados aos homicídios que possam refletir de maneira mais precisa a verdadeira face desse crime e, conseqüentemente, impossibilita a criação de políticas públicas mais eficazes.

Nos últimos anos as taxas de homicídio em Marabá têm alcançado proporções assustadoras, o que mostra que o poder público não tem conseguido atender às necessidades pleiteadas pela sociedade. Por isso, torna-se necessária a criação e implementação de estratégias para o controle e prevenção do crime em estudo, a utilização de indicadores precisos que refletem a realidade vivenciada pela sociedade.

Para Miranda (2004), as formas tradicionais de administração policial ainda são bastante enraizadas, na qual a vivência, a experiência e o bom senso de seus integrantes funcionam como referência para balizar os planejamentos operacionais. Acontece que esta forma de administrar não fornece um diagnóstico real dos delitos e com isso conduz, corriqueiramente, à implantação de políticas públicas deficientes e não efetivas. Ainda de acordo com a autora, a divulgação de informações à sociedade é uma forma de melhorar a qualidade destas, pois com o isso virão diversos questionamentos, que só poderão ser respondidos se a informação estiver disponível no banco de dados.

O preenchimento incompleto do BOP dificulta, além da atuação dos policiais da ponta do sistema, a própria identificação de padrões de crimes e suas correlações e tendências, elementos básicos para uma boa análise criminal e suporte essencial para os planejamentos operacionais e administrativos das instituições de segurança pública. Essa falta de base de dados confiável e rebuscada e o cenário de incertezas que eles criam, acabam propiciando preponderância de improvisações e de projetos midiáticos e sem efetividade na área da segurança pública.

Tabela 4.7: *Percentual de Variáveis Sem Informação Segundo o Boletim de Ocorrência Policial, Registrado no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013.*

Classe	Variável	Sem Informação (%)
Vítima	Raça/Cor	98,10
	Escolaridade	95,47
	Profissão	90,95
	Faixa Etária	44,82
	Sexo	0,00
Acusado	Escolaridade	99,71
	Faixa Etária	96,79
	Profissão	90,80
	Sexo	89,05
Fato	Causa	48,47
	Faixa Horária	9,34
	Dia da Semana	0,00
	Mês/Ano	0,00
	Meio Empregado	0,00
	Bairro de Ocorrência	0,00
	Local de Ocorrência	0,00

Capítulo 5

Considerações Finais

Neste capítulo, na Seção 5.1 são apresentadas as considerações finais acerca da pesquisa, demonstrando os resultados obtidos e o alcance dos objetivos apresentados no Capítulo 1 e na Seção 5.2 são expostas algumas recomendações para trabalhos futuros.

5.1 Considerações Finais

Estudos voltados à área de segurança pública vêm tendo cada vez mais destaque no Brasil, país em que a insegurança, na última década a ser considerado um problema de fundamental importância e principal desafio ao estado de direito. A visibilidade da segurança ganhou enorme interesse público e está presente diariamente na mídia e em diversos debates tanto de especialistas como do público em geral, principalmente quando se tratando de homicídio, ato hediondo que ressalta a crueldade humana. Neste contexto, o presente trabalho teve por objetivo construir e analisar o perfil do delito e da vítima de homicídio e mostrar como a desinformação da informação nos registros de homicídio em Marabá implica a construção desses perfis e a não construção do perfil do agressor.

A partir da estatística descritiva foi possível mostrar um breve perfil da vítima de homicídio, onde se constatou que a maioria das vítimas é do sexo masculino e jovens de 18 a 24 anos de idade. Quanto à construção do perfil do delito, conclui-se que a maioria dos homicídios teve como a causa para o delito, o ódio ou a vingança, com a ocorrência geralmente no turno da noite, podendo-se destacar o domingo e o sábado como os dias da semana mais propícios para esse crime, tendo em vista, que nos finais de semana muitos jovens frequentam bares e festas no horário da noite, contribuindo para o cenário da criminalidade. Foi possível observar também que a maioria dos homicídios ocorre em vias públicas e com a utilização de arma de fogo.

Os resultados também mostraram que Marabá possui taxa de homicídio aproximadamente 5 vezes maior do que a taxa de homicídio da capital do estado, Belém, destacando o bairro Nova Marabá com a maior concentração deste delito. Uma possível explicação para esse resultado são as apreensões de drogas e conseqüentemente as prisões de pessoas envolvidas com tráfico que ocorrem com frequência neste bairro. Dessa forma, as mortes podem ser decorrentes de acertos de contas ou disputa de pontos estratégicos para a comercialização e dessa forma pode-se ver a relação entre o tráfico de drogas e a violência urbana, baseada na lei da periferia como “deveu, morreu”.

Com o intuito de atender a todos os objetivos propostos neste trabalho, foi feito o detalhamento dos campos do boletim de ocorrência policial, em que na maioria dos registros não são descritas as informações do fato, isto é, no local de que deveriam constar detalhes do fato, consta somente a palavra “sem informação”, o que dificulta a construção do perfil do delito, assim como o da vítima e do acusado. Neste contexto, podem-se destacar as faltas de informações relacionadas ao seguinte: i) vítima: raça/cor, escolaridade e profissão; ii) acusado: escolaridade, faixa etária, profissão e sexo; e iii) fato: causa/motivo.

O mau preenchimento do boletim de ocorrência policial acarreta a impossibilidade da construção do perfil completo da vítima e do acusado de homicídios, visto que os profissionais dão maior prioridade aos detalhes do fato, deixando de lado os detalhes da vítima e do acusado, o que implica a falta de informação no planejamento de estratégias pelos agentes de segurança pública, podendo resultar em ações ineficazes no combate aos homicídios em Marabá, fazendo com que as ações sejam executadas muitas vezes somente com o conhecimento que o policial possui do seu dia a dia.

Quanto mais precisa for a informação, mais fácil fica o emprego correto da força policial, com planejamento das ações voltadas para as áreas apontadas como mais críticas. Dessa forma, é de fundamental importância para qualquer organização policial o tratamento adequado dos dados estatísticos, porque neles estão contidas as informações mais relevantes para a atividade policial. Indicadores criminais adequados são uma das fontes mais seguras para a reflexão e avaliação da atividade de segurança pública e para a produção de políticas públicas de qualidade.

5.2 Recomendações para Trabalhos Futuros

Recomenda-se, para estudos futuros:

- i)* Uso da metodologia proposta no trabalho para estudar as características dos homicídios em outros municípios;
- ii)* Por meio da metodologia aplicada, estudar quais outras possíveis causas que possam influenciar a ocorrência de homicídios no município de Marabá;
- iii)* Capacitação de profissionais na área da segurança pública, para uma melhor obtenção de informações na hora do registro do homicídio;
- iv)* Analisar a distribuição espacial dos homicídios com o propósito de explorar a concentração de pontos aonde há uma grande ocorrência desses homicídios.

Com as recomendações sugeridas, espera-se que esta pesquisa contribua para a produção de estudos similares em outros municípios onde possivelmente sejam constatados os mesmos problemas metodológicos do registro de informações sobre o homicídio. Também, espera-se que os resultados desta pesquisa sejam divulgados junto aos responsáveis pela segurança pública em Marabá para as correções do equívoco no registro da informação dos homicídios detectados e assim, haver a tomada de decisões efetiva e eficazes para a prevenção e o combate a esse tipo de crime no município de Marabá.

Referencias Bibliográficas

ADORNO, S. **Exclusão Socioeconômica e Violência Urbana**. Sociologias, Porto Alegre, 2002.

ALMEIDA, S.S.; OLIVEIRA, D.C.; REIS, C.P.; ARAÚJO, A.R.; GUSMAO, A.L.; NUNES, A.A.G.C.; SOUZA, C.N.P.; POMPEU, D.S. ; RAMOS, E.M.L.S.; ALMEIDA, E.P.; PEREIRA, I.M.; SILVA JUNIOR, J.C.; SILVA, J.M.F.; MATOS, K.E.N.; MELLO, M.N.; SOUZA, N.C.C.; SOUZA, P.T.C.S.; FIGUEIRA, P.A.; TORRES, R.V.; MONTEIRO, V.F.; PINHEIRO, W.R.F. **Diagnóstico da Situação de Violência no Entorno das Escolas Públicas da Avenida Barão de Igarapé-Miri, Bairro do Guamá, Belém, Pará**. Publicado na Fundação Biblioteca Nacional - Ministério da Cultura - Escritório de Direitos Autorais - Número de Registro 541.417, Livro 1030, Folha 133, p.69, 2011.

ANNA, A.S.; AERTS, D.; LOPES, M.J. Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1. p. 120-129, jan-fev, 2005.

AZEVEDO, A.L.V.; RICCIO, V.; RUEDIGER, M.A. A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 40 n. 1, p.9-21, jan./abr., 2011.

BACK, S.M.C. **Conceito de efetividade, eficiência e eficácia**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/SENADO/scint/insti/normas1pessoa.auditor.asp>> Acesso em 10 mar. 2012.

BARATA, R.B.; RIBEIRO, M.C.S.A.; MORAES, J.C. Tendência temporal da Mortalidade por homicídios na cidade de São Paulo, Brasil, 1979-1994. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro v. 15, n. 4, p. 711-718, out-dez, 1999.

BATITUCCI, E.C. As Limitações da Contabilidade Oficial de Crimes no Brasil: o papel das instituições de pesquisa e estatística. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE v. 21, n. 1, p.7-18, jan./jun. 2007.

BINFO – Boletim de Informativos. Comando de Policiamento Regional II, Marabá, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988 e atualizada até junho de 2005. São Paulo: IMESP, 2005.

BRASIL, Código Penal Brasileiro (CPB) – Decreto Lei Nº 2.848, de 07/12/1940. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm . Acesso em 01/10/2013.

BULOS, L. Cláusulas Pétreas. **Revista Consulex**, Ano III, n. 26, 1999.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. IBGE Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150420>>. Acesso em set. 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. Segurança Pública. Órgãos de Segurança. Conceitos Básicos. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={1BFF9F1B-2ECD-4A25-9976-661FB5A66624}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7BE16A5BBC%2D4A90%2D4C01%2D88A7%2D643B4A1DD68C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C%2D1C72%2D4347%2DBE11%2DA26F70F4CB26%7D>> Acesso em set. 2013.

BUSSAB, W.O.; MORETIN, P.A. **Estatística Básica**. 6.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

CAMPOS, M. E. A. L.; FERREIRA, L. O. C.; BARROS, M. D. A.; SILVA, H. L. Deaths from Homicide in a Municipality in Brazil's Northeast, based on Police Data, from 2004 to 2006. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília, v. 20, n. 2, p. 151-159, abr-jun, 2011.

CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. **Homicídio e Violação de Direitos Humanos em São Paulo**. Estudos Avançados, São Paulo, 2003.

CDC - Centers for Disease Control and Prevention. Homicides among 15-19 year-old males, United States, 1963-1991. **Morbidity and Mortality Weekly Report**. Atlanta, v. 43, p. 725-730, 1994.

CONCHA-EASTMAN, A.; ESPITIA, V.E.; ESPINOSA, R.; GUERRERO, R. La epidemiología de los homicidios en Cali, 1993-1998: seis años de un modelo poblacional. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 12, n. 4, 2002.

DUARTE, E.C.; DUARTE, E.; SOUZA, M.C.; TAUIL, P. L.; MONTEIRO, R.A. Mortalidade por acidentes de transporte terrestre e homicídios em homens jovens das capitais das Regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, 1980-2005. **Epidemiologia Serviço e Saúde**. Brasília, v.17, n. 1, p.7-20, jan-mas, 2008.

FOUCAULT, M. Os recursos para o bom adestramento. In: _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, cap. 2, p. 143-161, 2002.

HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

HUNGRIA, N. **Comentários ao Código Penal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1955.

GOMES, L.F.; LOCHE, A. **A falácia do efetivo policial e a segurança pública**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n.2793, 23 fev. 2011. Disponível em:

<<http://jus.com.br/revista/texto/18542>>. Acesso em: 22 mai. 2013.

GOMES, M.K.T. A Potencialização dos Homicídios no Contexto do Espaço Social: O Caso de Belém do Pará. 2013. 73 f. **Dissertação** (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2013.

GOMES, M.K.T.; ALMEIDA, S.S.; PINHERIO, W.R.F.; ARAÚJO, A.R.; RAMOS, E.M.L.S. Abordagem Estatística dos Resultados da Pesquisa na VI Parada do Orgulho LGBT no Ano de 2007 em Belém-PA. In: RAMOS, E.M.L.S.; ALMEIDA, S.S.; ARAUJO, A.R. (Org.). **Segurança Pública: Uma Abordagem Estatística e Computacional**. Belém: EDUFPA, v. 2, p. 49-58, 2008.

GONZÁLEZ-PÉREZ, G.J.; VEGA-LÓPEZ, M.G.; CABRERA-PIVARAL, C.E. Impacto de la violencia homicida en la esperanza de vida masculina de México. **Revista Panamericana de Salud Pública**. Guadalajara, v. 32, n. 5, p 335-342, 2012.

GRACIANO, M.; MATSUDA, F.E.; OLIVEIRA, F.C.F. **Afinal, o que é segurança pública?** São Paulo: Global, 2009.

GREENBERG, M.; SCHNEIDER, D. Violence in American cities: Young black males is the answer, but what was the question? **Social Science and Medicine**. New Brunswick, v. 39, p. 1179-1187, 1994.

KAHN, T.; ZANETIC, A. O papel dos municípios na Segurança Pública. **Estudos Criminológicos**, v. 4, 2005.

KELLERMANN, A.L.; MERCY, J.A. Men, women and murder: gender-specific differences in rates of fatal violence victimization. **Journal Trauma**; v. 33, p. 1-5, 1992.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquemático**. Editora Método. 11. ed., 2007.

MAGALHÃES, J.L. **Direito Constitucional**. Belo Horizonte: Livraria Mandamentos, 2000.

MINGARDI, G. **Pesquisa sobre a Violência na Zona Sul**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo, 1996. Mimeografado.

MIRANDA, A. P. M. **Gestão da informação, análise criminal e sentimento de (in)segurança**: considerações para a construção de políticas públicas de segurança. 2004.

MIRANDA, A.P. **Para que servem as estatísticas na segurança pública?** 2009. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/ana-paula-miranda/para-que-servem-as-estatisticas-na-seguranca-publica-392554.html>> Acesso em ago. 2013.

MORAES, A. **Direitos humanos fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Atlas; 2003.

MOURA, T.W. Política pública de restrição do horário de funcionamento de bares. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 352-373, ago/set, 2012.

NETO, D. **Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública**. In: Ver. de Inform. Leg., ano 25, n. 97, p.133 e segs. 1988.

NJAINE, K.; SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G. A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 405-414, jul-set, 1997.

OLIVEIRA, F.B.; RICCIO, V.; RUEDIGER, M.V.; ZOUAIN, D.M. **Desafios da Gestão Pública de Segurança**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PARÁ. **LEI Nº 7.584, de 28 de Dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 32066 de 29/12/2011** - Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e da reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, e dá outras providências.

PEREIRA, V.S.P.; RAMOS, E.M.L.S.; ALMEIDA, S.S.; ARAÚJO, A.R.; RAMOS, G.S. Estudo Estatístico dos Acidentes de Trânsito Fatais, no Município de Belém-PA, no Ano de 2006. In: RAMOS, E.M.L.S.; ALMEIDA, S.S.; ARAUJO, A.R. (Org.). **Segurança Pública: Uma Abordagem Estatística e Computacional**. Belém: EDUFPA, v. 1. p. 73-80, 2008.

PERES, M.F.T. homicídios, Risco e Vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios. In: CRUZ, M.V.G.; BATITUCCI, E.C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 125-139, 2007.

PERES, M.F.T.; SANTOS, P.C. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n.1, p. 58-66, 2004.

PINHEIRO, P.S. Violência, crime e sistemas policiais em países de nova democracia. **Revista de Sociologia**. USP, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 43-52, 1997.

PINZÓN, J.B. **EL HOMICÍDIO**. Bogotá: Editorial Temis, 1971.

RAMOS, E.M.L.S.; ALMEIDA, S.S.; MELLO, M.N.; PAMPLONA, V.M.S.; GOMES, M.K.T. Atentado Violento ao Pudor, Ato Obsceno e Estupro, Ocorridos na Região Metropolitana de Belém. In: RAMOS, E.M.L.S.; ALMEIDA, S.S.; ARAUJO, A.R. (Org.). **Segurança Pública: Uma Abordagem Estatística e Computacional**. Belém: EDUFPA, v. 1, p. 17-37, 2008.

RAMOS, E.M.L.S.; PAMPLONA, V.M.S.; REIS, C.P.; ALMEIDA, S.S.; ARAÚJO, A.R. Perfil das vítimas de crime contra a mulher na Região Metropolitana de Belém. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v.1, n.8, p. 172-192, 2011.

RATTON, J.L.; GALVÃO, C.; ANDRADE, R.; PAVÃO, N. **Configurações de Homicídios em Recife: um estudo de caso**. In: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). O Panorama dos Homicídios no Brasil, ano 3, n. 6, Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2011.

REMÉDIOS, M.A.R. **Criminalidade e Urbanização: Estudo das relações espaciais e multivariada dos crimes de tráfico de drogas e homicídio**. 2013. 81 f. Dissertação (Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2013.

RIBEIRO, J.C.; MOREIRA, P.D.O.; DIAS, M.N.; ARAÚJO, A.R.; RIBEIRO, T.V.B. Probabilidade de Ocorrência de Roubos na Região Metropolitana de Belém. In: RAMOS, E.M.L.S.; ALMEIDA, S.S.; ARAUJO, A.R. (Org.). **Segurança Pública: Uma Abordagem Estatística e Computacional**. Belém: EDUFPA, v. 1, p. 39-48, 2008.

ROCHA, Z. **Paixão, violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII**. Recife: UFPE, 1996. p. 10.

ROZADOS, H.B.F. Uso de indicadores na gestão de recursos de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e ciência da informação**, Campinas. v.3, n.1, p.60-70, jul/dez, 2005.

SAPORI, L.F. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SANT'ANNA, A.; AERTS, D.; LOPES, M.J.; Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p.20-129, jan-fev, 2005

SANTOS JÚNIOR, A.R. Gestão do Policiamento Preventivo e o Desafio da Metodologia Informacional: O caso da Região Metropolitana da Grande São Luís - Maranhão. 2013. 131 f. **Dissertação** (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2013.

SILVA, B.F.A. Criminalidade Urbana Violenta: Uma Análise Espaço-temporal dos Homicídios em Belo Horizonte. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

SOUZA, R.V.; REIS, G.P. O controle da polícia no Brasil: uma introdução ao "Controle Científico da Polícia". **IN: Revista O Alferes**, n. 58. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação da polícia Militar de Minas Gerais. Jul-dez, p. 11-61. 2006.

TOMA, M.Y.; QUEIROZ, K.C.M.; RAMOS, E.M.L.S.; ALMEIDA, S.S.; ARAÚJO, A.R. Análise Estatística dos Atos Infracionais Praticados por Crianças na Região Metropolitana de Belém. In: RAMOS, E.M.L.S.; ALMEIDA, S.S.; ARAUJO, A.R. (Org.). **Segurança Pública: Uma Abordagem Estatística e Computacional**. Belém: EDUFPA, v. 2. p. 69-80, 2008.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2012. Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil.** Instituto Sangari, São Paulo, 2011.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2013: Mortes matadas por arma de fogo.** Centro Brasileiro de Estudos Latinos-Americanos, 2013.

ZALUAR, Alba. Um Debate Disperso: Violência e Crime no Brasil da Redemocratização. In: **Perspective**. São Paulo: SEADE, 1999. P. 3-17.

ZILLI, L.F.; VARGAS, J.D. O trabalho da polícia investigativa face aos homicídios de jovens em Belo Horizonte. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 621-632, 2013.